

X SEMINÁRIO NACIONAL DE PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS



Conselho
Federal de
Psicologia

Conselhos
Regionais de
Psicologia

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA
Conselhos Regionais de Psicologia
Centro de Referência Técnica em Psicologia
e Políticas Públicas — CREPOP

ETAPA SUL

Psicologia, educação e laicidade:
enfrentamentos ao conservadorismo

IX SEMINÁRIO NACIONAL
DE PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS
PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Integrantes

Ematuir Teles de Sousa
Flávia Cristina Silveira Lemos
Isabel Fernandes
Paulo Maldos
Pedro Paulo Bicalho
Queila Abigail da Luz Trojack
Ricardo Lugon Arantes



Brasília, 2019

© 2020 Conselho Federal de Psicologia

É permitida a reprodução desta publicação, desde que sem alterações e citada a fonte. Disponível também em: www.cfp.org.br.

Projeto Gráfico: Agência Movimento

Diagramação: Agência Movimento

Revisão e normalização: Carlos Flexa | MC&G Design Editorial

Referências bibliográficas conforme ABNT NBR

Direitos para esta edição – Conselho Federal de Psicologia: SAF/SUL Quadra 2, Bloco B, Edifício Via Office, térreo, sala 104, 70070-600, Brasília – DF
(61) 2109-0107 E-mail: comunica@cfp.org.br/www.cfp.org.br
Impresso no Brasil – abril de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S471 Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas :
 Psicologia na Defesa das Políticas Públicas (9. : 2018 :
 Brasília, DF).
 IX Seminário Nacional Psicologia e Políticas Públicas
 : Psicologia na Defesa das Políticas Públicas : volume 04 :
 psicologia, educação e laicidade : enfrentamentos ao
 conservadorismo : etapa sul / Conselho Federal de Psicologia e
 Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. —
 1. ed. — Brasília : CFP, 2020.
 56 p. ; 21 cm.

 ISBN 978-65-86540-44-4
 ISBN 978-65-86540-42-0 (Coleção)

 1. Psicologia social - Congressos. 2. Direitos humanos
 - Aspectos psicológicos - Brasil. 3. Políticas públicas - Brasil.
 I. Conselho Federal de Psicologia. II. Centro de Referência
 Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP). III. Título.

CDD 323.40981

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

Coordenação Geral/ CFP
Miraci Mendes – Coordenação Geral

Gerência de Comunicação
Luana Spinillo Poroca – Gerente

Coordenação Nacional do CREPOP/CFP

Clarissa Paranhos Guedes — Conselheira CFP

Mateus de Castro Castelluccio — Supervisor

Larissa Correia Nunes Dantas — Assessora

João Vinicius Marques — Assessor

Joyce Juliana Dias de Avelar — Estagiária

Integrantes das Unidades Locais do CREPOP nos CRPs

Conselheiras(os)

Leovane Gregório (CRP01); Vinicius Soares de Oliveira (CRP02); Gloria Maria Machado Pimentel, Mailson Santos Pereira e Monaliza Cirino de Oliveira (CRP03); Cláudia Natividade e Flávia Gotelip Correa Veloso (CRP04); Mônica Sampaio (CRP05); Beatriz Borges Brambilla (CRP06); Manuele Monttanari Araldi (CRP07); Maria Sezineide Cavalcante de Melo (CRP08); Mayk Diego Gomes da Glória Machado (CRP09); Valber Luiz Farias Sampaio (CRP10); Emilie Fonteles Boesmans (CRP11); Marivete Jesser (CRP12); Carla de Sant'Ana Brandão Costa (colaboradora CRP13); Beatriz Flandoli (CRP14); Laeuzza da Silva Farias (CRP15); Juliana Brunoro de Freitas (CRP16); Adala Nayana de Sousa Mata (CRP17); Karina Franco Moshage (CRP18); Bruna Oliveira Santana e Claudson Rodrigues de Oliveira (CRP19); Clorijava de Oliveira Santiago Júnior e Gibson Alves dos Santos (CRP20); José Augusto Santos Ribeiro (CRP21); Raissa Bezerra Palhano (CRP22); Ricardo Furtado de Oliveira (CRP23).

Técnicas(os)

Cristina Trarbach (CRP01); Maria de Fátima dos Santos Neves (CRP02); Natani Evlin Lima Dias (CRP03); Pablo Mateus dos Santos Jacinto (CRP03); Leiliana Sousa (CRP04); Roberta Brasilino Barbosa (CRP05) Edson Ferreira Dias Júnior (CRP06); Rafaela Demétrio Hilgert (CRP07) Regina Magna Fonseca (CRP09); Letícia Maria Soares Palheta (CRP10); Mayrá Lobato Pequeno (CRP11); Iramaia Ranai Gallarani (CRP12); Katuska Araújo Duarte (CRP13); Mônica Rodrigues (CRP14); Liércio Pinheiro de Araújo (CRP15); Mariana Moulin Brunow Freitas (CRP16); Zilanda Pereira Lima (CRP17); Érika Aparecida de Oliveira (CRP18); Lidiane de Melo Drapala (CRP19); John Wedson dos Santos Silva (CRP21); Lívia Maria Guedes de Lima Andrade (CRP22); Stéfhane Santana Da Silva (CRP23).

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA X
VII Plenário
Gestão 2017-2019

Diretoria

Rogério Giannini – Presidente
Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega – Vice-presidente
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Secretário
Norma Celiane Cosmo – Tesoureira

Conselheiras(os) Efetivas(os)

Iolete Ribeiro da Silva – Secretária Região Norte
Clarissa Paranhos Guedes – Secretária Região Nordeste
Marisa Helena Alves – Secretária Região Centro-Oeste
Júnia Maria Campos Lara – Secretária Região Sudeste
Rosane Lorena Granzotto – Secretária Região Sul
Fabian Javier Marin Rueda – Conselheiro 1
Célia Zenaide da Silva – Conselheira 2

Conselheiros Suplentes

Maria Márcia Badaró Bandeira – Suplente
Daniela Sacramento Zanini – Suplente
Paulo Roberto Martins Maldos – Suplente
Fabiana Itaci Corrêa de Araujo – Suplente
Jureuda Duarte Guerra – Suplente Região Norte
Andréa Esmeraldo Câmara – Suplente Região Nordeste
Regina Lúcia Sucupira Pedroza – Suplente Região Centro Oeste
Sandra Elena Sposito – Suplente Região Sudeste
Cleia Oliveira Cunha – Suplente Região Sul (in memorian)
Elizabeth de Lacerda Barbosa – Conselheira Suplente 1
Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa – Conselheiro Suplente 2

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	06
1. ETAPA NACIONAL.....	10
PAULO MALDOS.....	10
ISABEL FERNANDES.....	16
2. PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO: A LAICIDADE EM FOCO	30
EMATUIR TELES DE SOUSA	30
PEDRO PAULO BICALHO	41
3. MEDICALIZAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR	52
FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS	52
QUEILA ABIGAIL DA LUZ TROJACK	63
RICARDO LUGON ARANTES	68

APRESENTAÇÃO

O Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas é uma realização do Conselho Federal de Psicologia, organizado pelo Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas-Crepop. Para sua nona edição, realizada em 2018, o XVII Plenário do CFP deliberou pela realização de eventos descentralizados, em parceria com os Conselhos Regionais de Psicologia, buscando maior abrangência, capilaridade mobilização e aproximação da categoria.

Sob o tema central “Psicologia na Defesa das Políticas Públicas” os Seminários foram organizados como uma ação em favor da democracia e contra o desmonte das políticas públicas. As etapas regionais se propuseram a discutir diferentes temáticas, como: corte de recursos e desmonte das políticas públicas, crise política, educação, laicidade, seguridade social, populações indígenas e quilombolas, questões de gênero, raça e diversidade sexual, modos de subjetivação e resistência, todos esses, temas caros para a Psicologia e presentes no cotidiano da atuação nas diferentes políticas públicas demarcam uma dimensão ético-política do exercício profissional.

É preciso localizar o momento histórico deste documento, para que se compreenda o contexto e a efervescência política que regia, e ainda rege, os modos críticos e afetivos de se posicionar diante dos fenômenos sociais, principalmente no que se referem às políticas públicas e aos direitos humanos. Antecedido por um processo de impedimento, 2018 deve ser lembrado como um ano eleitoral de profunda polarização política e ascensão do conservadorismo. Além disso, sustentada em uma perspectiva neoliberal, a solução

para os problemas econômicos do país era apresentada a partir da drástica redução de investimentos em políticas públicas, retirada de direitos trabalhistas e previdenciários. Desse modo, o que tínhamos era o anúncio do aprofundamento da desigualdade e da vulnerabilidade social.

Reafirmando e respaldado no Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005), que em seu Princípio III aponta que “O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural”, para o CFP era imprescindível reunir especialistas para dialogar com a categoria que atua nas políticas públicas sobre as consequências psicossociais de um cenário de redução de direitos.

Dito isso, ressaltamos a importância do contexto político, histórico e social no nosso saber-fazer. Cabe nos questionarmos quais têm sido os efeitos do desmonte das políticas públicas nas populações atendidas e como isso reverbera na atuação das(os) psicólogas(os).

A defesa das políticas públicas e o enfrentamento das desigualdades sociais fazem parte do compromisso social da Psicologia, pois tais políticas são espaços potentes para a garantia e o fortalecimento dos direitos humanos. Do contrário, os impactos psicossociais dos desmontes na subjetividade da população brasileira, assim como o sofrimento político gerado pela falta de acesso aos direitos sociais ascenderão a níveis ainda maiores.

Esta publicação é o registro das participações nas conferências, mesas-redondas e palestras no IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Agradecemos a todas(os) as(os) profissionais que contribuíram para publicação deste documento e que buscam por meio do seu saber-fazer um compromisso ético-político com o outro e com a realidade histórico-social. Ressaltamos a importância da cooperação com os Conselhos Regionais de Psicologia para o sucesso das atividades.

Evidenciamos, por fim, que as contribuições proferidas pelos especialistas são individuais e respaldam-se em pesquisas científicas ou experiências como profissionais. Assim, ao realizar este seminário, o CFP cumpre seu papel de atuar na divulgação, debate e problematização de temas relevantes para construção de políticas públicas que atendam às necessidades da população, também contribuindo para a ampliação do conhecimento técnico-científico da Psicologia como ciência e profissão.

XVII Plenário Conselho Federal de Psicologia

Texto aprovado em Plenária em 20 de setembro de 2019.

1. PSICOLOGIA NA DEFESA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Exposição

Paulo Maldos¹

Bom dia a todas e a todos.

Queria agradecer muito a oportunidade de poder fazer essa análise com vocês. A gente faz uma provocação inicial e depois, junto com os outros colegas da mesa, faz um debate onde vamos poder aprofundar e receber as contribuições, certamente muito importantes, do conjunto de pessoas que está aqui e das que também estão acompanhando de longe.

Vou fazer uma análise de conjuntura um tanto diferente do que eu costumo e do que a gente vê por aí, que é menos cartesiana, digamos, mais tentando captar o momento histórico que vivemos. Como é um grupo de psicólogas(os), grupo muito especial, acho que não se trata tanto de fazer uma análise como se faz para um grupo de sociólogas(os) ou movimento social, mas tentar realmente captar a essência, digamos, do que estamos vivendo e sofrendo hoje, junto com a nossa sociedade e tentar, então, captar o movimento essencial,

¹ Conselheiro do CFP; membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos/CFP; ex-secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República; ex-diretor do Instituto Sedes Sapientiae e ex-Coordenador do Centro de Educação Popular da mesma entidade.

objetivo e subjetivo, que vivemos hoje no Brasil.

Vivemos uma conjuntura marcada por retrocessos nos direitos sociais, nos direitos constitucionais e na destruição das políticas públicas. Qual é o motor desse processo? O motor que a gente vê é o ódio de classe, o mesmo ódio que gerou as ditaduras ao longo da história, mas agora não mais movendo as engrenagens militares, mas uma outra configuração, mais no campo ideológico, ou seja, um movimento das peças no Congresso Nacional, no poder judiciário, na mídia, com mobilização social nas ruas e nas redes sociais.

As elites moveram essas peças para fazer o seu jogo. Existe um acúmulo de ódio na nossa sociedade por parte das elites que vem, pelo menos, desde a Constituição de 1988. Essa Constituição foi muito além do que era aceitável para as elites dominantes; ela acabou se tornando uma espécie de disparador, foi o limite estabelecido pelas elites que foi ultrapassado. Lembrem-se que a nossa Constituinte teve uma forte participação popular; todos os movimentos que lutaram contra a ditadura desembocaram na luta pela Constituinte, participaram na própria Constituinte e na feitura da Constituição. Eram milhares e milhares de pessoas acampando em Brasília; acompanhando as comissões e subcomissões na elaboração da nova Carta; foram mais de mil indígenas, durante dias e dias, ao longo de semanas, em Brasília, acompanhando comissão, subcomissão... até verem que seus direitos eram inscritos, além de muitos outros segmentos populares, segmentos que chegavam com um milhão de assinaturas em torno de uma proposta de direito constitucional.

Enfim, foram ultrapassados os limites que as elites esperavam que a Constituição deveria estabelecer; os movimentos sociais que surgiram e cresceram durante a luta contra a ditadura deixaram sua marca na Constituição e seguiram conquistando direitos e construindo políticas públicas nos governos Collor, Itamar Franco, F.H.C., Lula e Dilma, ou seja, a partir da Constituição,

da sua promulgação, os movimentos sociais continuaram participando politicamente, aprofundando aquilo que buscaram na Constituinte, transformando os direitos em novas políticas públicas, através de todos os governos que vieram em seguida.

A força e a legitimidade dos movimentos sociais, por um lado, e o constrangimento e a falta de legitimidade das elites para impor outra agenda por outro lado, fez com que se avançasse sempre, com lentidão às vezes, com rapidez outras vezes, com erros e com acertos, mas sempre numa tendência ascendente de construção de direitos e políticas públicas e o ódio foi se acumulando nos espaços e na subjetividade das elites e dos seus instrumentos de poder, até que os limites de uma Presidência da República governada por uma mulher, ex-guerrilheira, ex-presa política, com muitas dificuldades do ponto de vista do diálogo político, do ponto de vista da articulação política, com muitas fragilidades de comunicação social e de mobilização social em torno do seu próprio programa, criaram o cenário ideal e a justificativa ideológica para o ataque frontal, e para o golpe parlamentar.

A Presidente Dilma, com seu estilo austero de governar, sofreu uma reação conservadora que produziu um imaginário social e uma falsa formulação, de que tirá-la de cena seria um benefício para a população. Essa foi a construção política do golpe.

O golpe parlamentar, que teve respaldo no Poder Judiciário, nas mídias e em parte da sociedade, destapou, tirou a tampa das represas de ódio de classe, cheias até o limite, que se liberaram como uma espécie de Usina de Itaipu com todas as comportas abertas. E hoje, então, é esse o cenário conjuntural, onde a destruição de direitos é diária; a destruição de políticas públicas é diária; as propostas mais regressivas são aprovadas pelo Congresso Nacional; as decisões mais anti-populares são tomadas pelo executivo e as teses mais desumanas são discutidas tranquilamente pelo Supremo Tribunal Federal. Paralelo a isso, na grande mídia, esse processo é naturalizado pelos comentários tendenciosos, pelas reportagens

manipuladas, pelos articulistas partidarizados, e nas redes sociais esse processo é potencializado. Não há limites para a devastação; o que, nas ditaduras, se fazia com armas, com prisão, com tortura e com desaparecimento de pessoas, com assassinatos políticos, hoje se faz com palavras, mas o objetivo que se tinha antes, por meio das armas e da tortura, e o que se tem agora, com as palavras, é o mesmo: destruição de conquistas sociais, redução do humano ao irreconhecível.

Para as elites, todos os crimes são ignorados ou perdoados, só sofrem penalidades aqueles que foram perdedores nas lutas intestinas da própria elite, aqueles que perderam na luta entre seus iguais das elites, esses acabam no cárcere, mas, no geral, os crimes são perdoados, são ignorados. Para os movimentos populares, crimes são inventados ou atos são distorcidos para serem punidos, a criminalização caminha a passos largos diariamente. A gente abre um WhatsApp ou entra em qualquer site ou rede social e está lá: “Sem-terra atacado”, acampamentos ou ocupações de décadas despejados, criminalizados, e as pessoas sem ter para onde ir e, às vezes, são duas mil famílias, sempre muitas famílias, sendo assim também na área urbana, com os sem-teto e os acampamentos e as ocupações nas cidades.

Existe um movimento radicalmente e declaradamente anti-popular em curso, isso que considero a essência do momento atual; trata-se de um movimento sem limites no seu ímpeto de terra arrasada. Seus protagonistas declaram sua desumanidade, com orgulho de poder praticar violências impunemente, com total liberdade, sem consequências para eles. Assim, afirmam algo o mais torpe possível com relação à mulher, com relação à população LGBTI, com relação ao indígena, com relação ao quilombola ou às crianças de rua, à população da periferia, e com uma espécie de prazer perverso. Existe uma espécie de gozo em exibir a violência de classe.

Parece que houve uma conexão do ódio de classe desse último período histórico com uma espécie de lençol freático,

composto por sentimentos, ideias, preconceitos, ideologias, que remonta aos 517 anos passados e que carrega ideias genocidas com relação aos povos indígenas, escravocratas com relação à população negra, preconceitos da primeira revolução industrial com relação aos operários, machistas com relação às mulheres, autoritárias com relação aos jovens. Parece que esse lençol freático, composto pela história das ideias da classe dominante, se conectou com as ideias atuais das nossas elites e emergiu na nossa conjuntura. Fluía tudo neste rio subterrâneo, no inconsciente coletivo das elites, e explodiu numa grande, não diria “contrarrevolução”, porque a gente não viveu uma “revolução”, mas numa espécie de “contracivilização”, explodiu tudo na grande “contracivilização”, estando em curso até os dias de hoje.

Se podemos fazer uma imagem, seria da barragem da Samarco, de Mariana, Minas Gerais, com lama tóxica vinda do século XVI até o século XXI e essa lama tóxica hoje está nas redes sociais, nas mídias, move seus instrumentos no poder legislativo, é legitimada pelo poder judiciário, opera no executivo e busca com que a verdade não seja reconhecida, a verdade que estamos num estado de exceção, com os direitos constitucionais suspensos e as políticas públicas sendo anuladas uma a uma, a partir do ódio de classe. Parece estar em curso, portanto, um processo catártico das elites no sentido de destinar todas as suas ideias e práticas brutais para impor derrotas sucessivas aos setores populares, em todas as conquistas sociais destes, desde a luta contra a ditadura e mesmo antes.

Os setores populares fizeram e fazem tentativas constantes de se contrapor e resistir a esse processo, mas não têm tido sucesso ou tiveram sucessos parciais, específicos, frente e esta imensa onda contrária. Os movimentos populares nunca deixaram de lutar, é um equívoco dizer que não houve luta nesse período, existem e existiram muitas greves e mobilizações, das maiores que tivemos na nossa história, com manifestações nas capitais e no interior. Mas o momento é diferente,

com um ataque que vem de todas as instâncias onde o povo, por décadas, veio construindo passo a passo suas vitórias, pois o povo veio construindo suas vitórias no legislativo, no executivo, mesmo no judiciário, conquistando reconhecimento de direitos.

Então, o que temos hoje é uma perplexidade popular, não passividade popular. Mas, como o processo é tão brutal e concatenado, contra os direitos sociais, naqueles espaços em que, nas últimas décadas, o povo fez um percurso de conquistas, o que a gente tem não é passividade, são lutas, tentativas de lutas, e uma imensa perplexidade, mas nunca passividade. É como se o povo dissesse: por aqui não adianta resistir, não adianta resistir com os nossos antigos métodos, não adianta resistir e lutar com as formas de luta que a gente construiu ao longo das últimas décadas, porque são exatamente essas formas de luta que estão sendo atacadas, ignoradas ou superadas.

O povo brasileiro, então, espera o processo “contracivilizatório” avançar para dar a sua resposta, necessariamente nova, fruto de um novo momento histórico, de um novo ciclo de lutas que deve se abrir, com novos métodos e com novos protagonistas.

O povo brasileiro está processando sua experiência, e vai responder a essa barbárie em curso à altura, assim que toda lama tóxica chegar ao mar.

1.2 Exposição

Isabel Fernandes²

Bom dia.

Eu gostaria de, mais uma vez, agradecer o convite do Conselho para estar aqui nesse espaço. Para mim é muito caro participar de todos os debates e das discussões do CREPOP. Eu tenho a vinculação do trabalho, uma vinculação pessoal muito grande com os debates do CREPOP, acho, e eu sempre digo isso, que o espaço do CREPOP não é só um espaço de pesquisa, mas é um espaço político muito importante; é um espaço de enfrentamento da categoria profissional. E já que o convite que me foi feito foi para discutir que espaços, que possibilidades que a Psicologia tem de fazer frente a esse desmonte das políticas sociais, das políticas públicas, eu já adianto que o CREPOP é um espaço fundamental, eu acho, nesse enfrentamento. Para situar a minha fala, para chegar à Psicologia, vou retomar rapidamente algumas questões sobre conjuntura de uma outra ótica, acho que o Conselheiro Paulo foi muito feliz nas observações que ele fez, só vou apontar exatamente por conta da perspectiva teórica com a qual eu trabalho numa perspectiva mais de o porquê existe também uma lógica estrutural de desmonte das políticas públicas que acabam por servir de berço econômico desse desmonte que vão subsidiar a emergência desse sentimento de intolerância,

² Psicóloga formada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); doutora em Psicologia Clínica pela Universidade de São Paulo (USP). Professora associada da UFRN e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Foi integrante da diretoria da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (Anpepp) gestão 2010-2012. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Social. Atua com Teoria Social Marxiana, políticas sociais, políticas da saúde e assistência social, formação e atuação de psicólogos.

de um sentimento antipovo, um sentimento antimassa, enfim.

Vou pedir ajuda à Laura para me ajudar com esses eslaides. Eu acho que a primeira coisa, não vou me deter nessa parte, meu objetivo aqui é discutir Psicologia, mas eu não consigo discutir Psicologia sem falar desse contexto macroestrutural. Eu acho que a primeira coisa é entender que todo esse movimento que a gente vê hoje não é de agora; vem sendo gestado ainda no século passado e que faz parte de um contexto geral da ordem do capital; essa crise que a gente... que a gente vem justificando, inclusive uma série de medidas econômicas, de combate à crise. O discurso que a gente vê hoje na mídia, especialmente, apoiem, por exemplo, a reforma da previdência, a gente precisa conter os gastos e a estratégia melhor de conter os gastos é conter os gastos sociais, que são muito caros. Vamos permitir com que as pessoas se aposentem. Do jeito que está, elas não vão conseguir se aposentar, que o funcionalismo público é o principal vilão da questão da previdência social... Tudo isso vem no discurso que visa a justificar certas medidas econômicas em nome de um combate à crise que se instaurou e que, na verdade, esconde um movimento que é um movimento característico do modo de produção capitalista, então, capitalismo e crise são sinônimos, o capitalismo opera com crises, crises mais restritas, crises mais amplas, conforme cada evento desses, a tendência é que cada crise seja mais profunda e ela seja mais demorada, vamos dizer assim. Então, o que acontece é que a experiência brasileira é tanto expressão dessa crise mais geral da sociabilidade do capital, como também é reflexo de uma entre várias experiências latino americanas que tiveram experiências de governos de centro-esquerda que sofreram uma pressão muito grande que acabou. Essa pressão acabou por destituir estes governos em toda a América Latina e substituir esses governos de centro-esquerda por governos conservadores, como nós vimos

ao longo dessa história. Então, o Brasil não foi exceção à regra e o golpe também não foi uma grande surpresa para quem acompanhou a evolução desses acontecimentos justificados também por essa crise que atribuiu a um Governo de centro-esquerda. No caso, governo PT, a responsabilidade pela eclosão desta crise no Brasil, que os analistas mais honestos e comprometidos sabem que, na verdade, essa crise vem muito antes do governo petista e, na verdade, não é uma crise brasileira, ela chega ao Brasil como rebatimento de uma crise, que é do capitalismo mundial. Obviamente, que o Brasil traz uma série de peculiaridades que vão atribuir uma característica especial à crise no nosso país e conjuga alguns vetores que eu vejo como duas fontes principais, que tem dois aspectos principais. O primeiro deles é que a gente consegue identificar um primeiro elemento que é uma desaceleração do crescimento que já vinha acontecendo há algum tempo e em segundo, ainda no governo Lula, que se prolonga pelo governo Dilma, são implementadas algumas medidas econômicas, algumas medidas de ajustes que precisavam de dois elementos principais para que elas funcionassem: o primeiro era que o Brasil se mantivesse exportando suas comódites, e para isso precisava manter ou até mesmo aumentar o preço dessas exportações, e a segunda era manter um elevado consumo interno. Então, não sei se vocês lembram, mas o incentivo ao consumo o incentivo ao crédito; até mesmo os programas de transferência de renda; o controle de taxas de juros; a isenção de impostos para carros... enfim, que nós tivemos durante alguns anos, tudo isso foram medidas para tentar manter os brasileiros consumindo bastante internamente. Só que essas duas medidas falharam absurdamente: o Brasil foi o país que teve a maior queda na exportação entre as trinta maiores economias e esse “bum” do consumo interno, na verdade, não aconteceu no nível em que se esperava... então, esses dois vetores foram decisivos

na entrada do Brasil, ou seja, na “marolinha” que virou *tsunami* e o Brasil, finalmente, de modo infeliz, é absorvido por essa crise. E o que acontece? A política social aparece como principal rebatimento nas consequências da crise que chega para o Brasil, porque o Brasil entra na crise e sobrevêm, como o conselheiro Paulo falou, o golpe. Vem uma crise de sustentabilidade do Governo, porque, na verdade, o governo Lula consegue manter durante a sua gestão, um pacto de conciliação de classes que ele não consegue mais sustentar; passa a bola para Dilma. Só que Dilma não consegue ter essa articulação com os dois campos, com o pacto de classe que estabelece ainda nas primeiras gestões do governo PT e esse pacto de conciliação de classes faz água e é onde sobrevêm o golpe e ela é destituída. Nesse momento a crise está no seu período extremamente intenso e sobrevêm as medidas de ajustes neoliberais com toda a sua força.

Então, que medidas são essas? São as medidas mais intensas possíveis e que cominam com a implantação imediata, por isso que a gente vê ganhos que foram gestados durante décadas serem cortados, serem eliminados muito rapidamente. Se a gente fizer uma análise no período do primeiro ano do governo Temer, por exemplo, o que se perdeu em termos de direitos sociais. Então, uma agenda que corre velozmente com a justificativa de que é preciso uma intervenção muito rápida e intensa para que se consiga compensar os efeitos dessa crise e o principal alvo, um dos principais alvos, na verdade, para além de uma agenda econômica é o corte de despesas acessórias como se diz e uma despesa acessória são as políticas sociais com o destaque para as políticas públicas.

E o que são essas políticas? É preciso que a gente entenda que a política social é uma resposta do Estado para enfrentar o que a gente chama de questão social. Essa questão social é definida como um conjunto de problemas postos pela emergência da classe trabalhadora por ocasião, da instauração do

modo de produção capitalista, no cotidiano é a manifestação da contradição capital trabalho, ou seja, todas aquelas consequências colocadas pela emergência da classe trabalhadora no processo de pauperização da relação capital/trabalho, ou seja, todas aquelas manifestações que sobrevêm advindas da pobreza, certo? Então, precarização das relações de trabalho, ausência de políticas públicas... já que é o alvo do nosso debate aqui, o trabalho dessas(es) profissionais, incluído o psicólogo, se dá, não nessa condição estrutural, não no que gera todas essas manifestações, mas sim, nas refrações dessa questão social, ou seja, a política social é gestada e dentro dela a política pública, ela é gestada para trabalhar nas franjas da questão social, nos rebatimentos da questão social e não na sua base, na sua estrutura. Essa estrutura não é atacada no modo de produção, ela não é atacada pela política social, não é atacada pela política pública, ou seja, todo trabalho que se faz, os psicólogos, como operadores da política, trabalham nessas franjas e o que nós fazemos com o psicólogo trabalhando em situações, em políticas públicas que não atacam as condições que geram essa desigualdade, por exemplo. Então, essa é uma questão que a gente precisa debater como operadores dessa política.

Pensando que essa política é gestada dentro de uma lógica que não visa eliminação da pobreza e considerando essa agenda neoliberal que vem exatamente para restringir direitos; para eliminar direitos, para restringir direitos, enfim, para retirar, inclusive, o papel de Estado; substituir o papel do Estado, por exemplo, pela sociedade civil, com incentivo, com retorno triunfal das ONGs, inclusive, substituindo fortemente o estado na prestação de serviços, está aí o programa Criança Feliz, que tinha um orçamento de 600 milhões de reais, com previsão para chegar a um bilhão de reais em 2018, enquanto a gente teve corte, por exemplo, na assistência social em alguns programas de mais de oitenta por cento, como foi o caso da proteção

social básica.

Existe uma mudança de foco da política social para uma política social cada vez mais minimalista, cada vez mais focalizada em que a gente precisa comprovar a pobreza para poder acessar essa política social, ou seja, uma política social que, de universal ou de universalizante, ela passa a ser cada vez mais restrita, cada vez mais focalizada, cada vez mais seletiva. Qual é o problema disso? Os dados do Banco Mundial para o Brasil, em 2017, mostram que até o final do ano, ou seja, até o mês que vem, cerca de dois milhões e meio de brasileiros vão cruzar a linha da pobreza. Nós temos aí uma população que cada vez vai ter menos acesso à política pública e uma população que fica cada vez mais pobre, ou seja, a gente vai ter um número maior de pessoas desassistidas e uma política mais restrita. Para nós, psicólogos, esse é um problema grande, porque a gente vai ter... Para nós psicólogos, não! Para os trabalhadores das políticas públicas, porque nós vamos ter uma demanda muito maior de pessoas em políticas públicas mais precarizadas. E a lógica da política não é mais uma política pública voltada para as pessoas em situação de pobreza. Ainda que, por exemplo, o SUS, seja uma política universal, nós sabemos claramente que ela não é uma política universal na sua operacionalização; ela não é uma política universal.

Pensemos aqui quantos de nós ou de conhecidos nossos que acessam exclusivamente o SUS, por exemplo. E o discurso agora é retirar as pessoas da situação de pobreza extrema. Ou seja, o foco agora é o trabalho voltado para os mais pobres dentre os pobres. Há agora uma lógica de combate exclusivo à fome e não mais a garantia de mínimos sociais, como já se discutiu ainda nos movimentos sociais da década de oitenta, que culminaram com a Constituição de 1988, e com a garantia dos mínimos sociais garantidos lá na Constituição.

E a segunda consequência importante, que o Conselheiro Paulo falou com muita propriedade, é a substituição de um

Estado de bem-estar social que, embora nunca tenha havido no Brasil, a gente sempre defendeu os seus princípios, certo? E a gente defende isso pela lógica da defesa intransigente dos direitos humanos por um Estado Penal, um Estado que, cada vez mais, criminaliza a pobreza. É o Estado que faz com que cada vez mais surja um forte sentimento antipovo, antimassa, racista, discriminador, punitivo, que faz com que se possa ir a público dizer que “bandido bom é bandido morto” e você seja aplaudido por conta disso; que faz a justiça com as próprias mãos, fazendo disso é uma coisa legítima. Enfim, coisas desse tipo, que a gente começa a naturalizar. Ou seja, se perde totalmente os princípios do que é o humano.

Esse é um elemento que é extremamente preocupante, principalmente quando a gente vai trabalhar com política pública. Afinal de contas, quais são os princípios que passam a reger a sociabilidade? Então, esse é um elemento extremamente importante e que está por trás hoje da discussão da política social nesse modo de produção que eu chamo atualmente de capital barbárie. E como a gente discute a Psicologia nesse cenário? Primeiro, quem é o alvo da política social hoje? A gente tem aí a população mais tradicional que a gente conhece, que é uma população ligada à ruralidade, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, ciganos, indígenas, refugiados, população em situação de rua, jovens, adolescentes em conflito com a lei, pobres extremos, enfim... população negra, LGBT... Mas a gente tem uma nova população que é uma população que, anteriormente, não era usuária tradicional da política pública, que é a população, que, por exemplo, no Rio de Janeiro, passou a residir na rua, porque é uma população que saiu do mercado de trabalho e não conseguiu mais se inserir; pessoas, inclusive, com formação graduada. Então, esses novos pobres só fazem aumentar e fazer com que a característica dessa população seja cada vez mais diversificada.

Então, cabe aos psicólogos uma demanda agora que é

extremamente variada e que é um desafio para os profissionais que estão na ponta das redes, das diversas redes que compõem as políticas públicas. E os profissionais continuam trabalhando nessas franjas da questão social, ou seja, na operação, no cotidiano da política pública, nas condições extremamente difíceis que compõem, que caracterizam esse trabalho. Na verdade, nessa lógica de uma assistencialização cada vez mais minimalista, focalizada, pontual, com discursos como da intersectorialidade não se sustentam mais, porque é um grande desafio falar de intersectorialidade quando a gente tem políticas que estão cada vez mais fragilizadas.

Eu acho que o discurso da assistência social que, cujo financiamento, se se mantiver dessa forma, nós não teremos assistência social mais. Então, falar de intersectorialidade, falar de rede é inútil nesse momento, pelo menos, eu acho que a luta agora é para tentar manter, pelo menos, a política pública. E existe uma pressão, inclusive, para um retorno à psicologização de problemas sociais ao papel da(o) psicóloga(o) como pacificadora(or), como controladora(or), como rotuladora(or) e como, de uma certa forma, um auxílio à criminalização da pobreza. Então, há um lugar da(o) psicóloga(o) como um suporte para esse novo modelo de Estado, para esse retorno a esse estado extremamente conservador, criminalizador, tutelar, enfim...

E a Psicologia, a gente sabe que a ela tem uma conta histórica para pagar. Ela já ajudou muito em processos de tortura, a gente sabe disso. Inclusive, a Psicologia brasileira tem uma história que a gente tem essa dívida e é preciso que a gente tenha cuidado, porque ainda hoje somos convocados e muitos de nós ainda faz isso: práticas socioeducativas que são institucionalizantes, que são normatizadoras.

Sabemos que não somos só uma Psicologia e temos relatos disso, seja porque muitos de nós acreditamos nessas práticas, seja porque nós somos forçados de alguma forma a fazê-las e não conseguimos espaços ou não frequentamos espaços que

debatam e que nos deem suporte para que a gente faça frente a essas outras posturas nesses serviços públicos, porque esses serviços agora, principalmente, com essas novas formas de desregulamentação das relações trabalhistas, nós temos uma nova forma de precarização do trabalho, que é o trabalho por hora. E cada vez mais nós temos formas de sermos coagidos a fazer o que se espera que nós façamos, e não o que a gente acredita que deve fazer. Então, são elementos de contexto que eu acho que nós vamos precisar trabalhar para além do que é a Psicologia como ciência e como profissão, e são elementos que eu acredito que são de contexto e que a Psicologia vai precisar fazer enfrentamento com relação a isso também. E nós psicólogos somos convocados a atuar como mão de ferro do Estado. Vejam aí coisas, temas que são extremamente complexos, como, por exemplo, exame criminológico, avaliação para progressão de pena, depoimentos sem dano, parecer social, coisas que são extremamente polêmicas que cabem aos psicólogos responderem, inclusive, para decidir se a pessoa vai ser livre ou se não vai ser livre. São coisas extremamente complexas e que a gente acaba ou por não ter forças, porque você está numa situação em que você é coagido, — no sistema prisional, a pressão é extremamente grande. Existem relatos de profissionais que trabalham dentro do sistema prisional que estão com presos com o agente penitenciário do lado, armado, o profissional trabalha nesse tipo de situação e a gente termina agindo como mão de ferro do Estado mesmo. Então, como a gente pode se organizar para fazer frente a essas situações? Então, não se trata apenas de uma questão pessoal, se trata de uma questão da categoria mesmo, como que a categoria pode se organizar para discutir mais amplamente essas questões. Ou seja, é uma questão da categoria, mas é uma questão do contexto mais amplo também, a gente tem um contexto que tem forçado as profissões de uma forma geral a entrar nessa onda que é uma onda extremamente criminalizadora e

punitiva. Então, para além da Psicologia é preciso discutir essas práticas no âmbito da sociedade como um todo, e as perspectivas que escapam a esta lógica são extremamente, sofrem, digamos, muita resistência.

Psicólogos são ameaçados de morte, são demitidos... Estou falando de coisas que eu vejo... de psicólogos que precisam sair de serviços, porque são ameaçados de morte, porque pensam diferente, porque eles não fazem o que o seu gestor quer, o que o prefeito do município quer, ou porque o prefeito acha que ele vai querer concorrer a um cargo público, porque ele é muito legal e a comunidade gosta dele. Então, ele se sente ameaçado, coisas do tipo. E pensando do ponto de vista da profissão, sabemos que não há um projeto ético-político que seja a bandeira da profissão, um único projeto ético e político.

A Psicologia é uma categoria em disputa. Nós, aqui, acredito que, principalmente, quem está dentro do CREPOP, quem trabalha com políticas públicas acredita, tem algumas premissas para o trabalho. Mas nós não somos homogêneos. A gente tem uma série de colegas que têm questões teóricas, epistemológicas, metodológicas que são muito questionáveis na minha avaliação, que defendem modelos de sociedade, que, não necessariamente são os modelos que nós defendemos. E essa Psicologia, essas psicologias têm projetos societários que estão disputando com os nossos.

E a práxis da(o) psicóloga(o) nesse contexto como fica? Eu penso o seguinte, a meu ver, a práxis, necessariamente, precisa transformar a sociedade e a natureza obviamente ao mesmo tempo que nos transforma. Então, eu acho que a práxis é uma coisa que é uma via de mão dupla. Então espaços de discussão teórica só são importantes se eles tiverem uma interação com a prática.

Então, essa coisa de ficar só na discussão acadêmica ou só uma discussão prática, eles acabam se perdendo no vazio. Então, necessariamente, essa articulação para mim é

imprescindível. A práxis diz também de uma finalidade que é de um fim que não está dado. Então, é uma coisa que está por construir. Por isso que eu acho que espaços como esses, espaços como os que vão existir à tarde, eu acho que eles são extremamente importantes para se pensar nessas possibilidades. E, portanto, eu acho que práxis envolve ação, e na concepção do que nós discutimos aqui, eu acho que envolve ação política. Eu acho que envolve ação de resistência. Eu acho que envolve ação de organização, envolve ação de militância. Não digo, necessariamente, de política partidária, mas também, enfim... necessariamente, eu acho que envolve coletivos. E o que nos é possível como profissional em tempos de capital-barbárie. Eu trago aqui um trecho de um marxista chamado Ivan Mesarus, que eu acho que, independentemente dessas perspectivas teóricas e desses projetos societários em disputa no campo da Psicologia, eu acho que existe um elemento que pode nos unir e que pode constituir a base da construção de algo que a gente possa defender. Então, ele pensa o seguinte: enquanto nós estivermos nessa sociedade que criminaliza a pobreza, que criminaliza as pessoas pelo seu tom de pele, pela sua condição socioeconômica, pela sua orientação sexual; enquanto o livre desenvolvimento das individualidades estiver distante como está, nós precisamos atuar na defesa intransigente de uma cultura de direitos humanos. Então, a base, o mote da Psicologia precisa ser, pelo menos, na minha percepção, uma cultura de defesa intransigente dos direitos humanos, sem perder de vista, obviamente, um projeto emancipatório. A gente precisa lutar por uma sociedade, em que as pessoas, em que os homens não explorem uns aos outros, mas que eles se vejam como iguais. Então, mesmo que existam divergências teóricas é preciso que se lute, que se defenda eminentemente os direitos humanos. Que se defenda eminentemente os direitos sociais. É essa perspectiva, é esse o caminho que eu consigo enxergar, pelo menos, para o

campo da Psicologia, independentemente desses projetos societários. Talvez, algo da Psicologia fique de fora ainda.

Mas eu acho que se a gente pensa nessa defesa dos direitos humanos e dos direitos sociais, eu acho que a gente consegue unir, eu acho que a gente consegue, pelo menos, uma unidade na diversidade. E aqui elementos envolveriam essa construção de uma práxis comprometida com a defesa dos direitos humanos. É óbvio que a gente precisa de uma análise de contexto histórico. Eu acho que o Paulo mostrou isso. Eu acho que eu mostrei um pouco disso. Acho que a gente mostrou um pouco dessas condições políticas, institucionais. Eu acho que a gente não pode fechar os olhos para isso. Eu acho que essas coisas constituem limites, mas também constituem possibilidades de a gente encontrar fissuras nesses campos, de a gente procurar brechas para conseguir implantar projetos alternativos, obviamente, inclui as iniciativas pessoais, certo? É possível que a gente precise buscar se organizar. A gente precisa procurar se aproximar dessas discussões e, sem dúvida, a organização da profissão, e eu acho que a organização da profissão, os espaços são esses. Eu acho que o Conselho tem um papel decisivo e tem promovido espaços, tem promovido muitos espaços para que esses debates aconteçam. Então, eu acho que estar nesses espaços é essencial, inclusive, para potencializar as nossas ações e para a gente perceber que nós não estamos sozinhos, porque o cotidiano do trabalho é tão pouco potente diante de tantos revezes que a gente encontra, que discutir alternativas, estar com os outros e construir estratégias conjuntamente... eu acho que é um elemento extremamente importante. E quem sabe pensar na construção desse projeto ético-político, na defesa desses direitos humanos. Que a gente sabe que a gente não vai, nós sabemos que nós não vamos acordar uma única abordagem teórico-metodológica; a Psicologia nunca vai conseguir ter consenso em uma abordagem teórico-metodológica; sabemos que não vai ser toda e

qualquer psicologia, com certeza.

Sabemos que existe uma ideologia predominante que a gente precisa fazer frente como cidadãos antes de sermos psicólogos; sabemos que existe uma dimensão ética e uma dimensão política na nossa ação, é preciso atentar, ter sempre no horizonte a serviço de quem está à nossa prática. Quando eu falo em dimensão política, não falo em dimensão político-partidária. Eu falo exatamente de uma reflexão acerca de a quem nós servimos. Se somos trabalhadores da política pública, nós estamos servindo a quem? Estamos servindo ao Estado, lembrando que esse Estado é um Estado neoliberal; é um Estado que não está visando a eliminação da pobreza; ele não está visando a garantia de direitos sociais, especialmente no momento atual. Então, a serviço de quem nós trabalhamos? E essa reflexão vai se dar exatamente por meio dessa práxis, que é a reflexão cotidiana sobre a nossa prática. Eu não vejo outro caminho para Psicologia ou para qualquer outra profissão que esteja no campo da política pública e, principalmente, a Psicologia, que é um campo tão cheio de diversidade, que não comece por aí e é imprescindível que a gente compreenda as determinações desse cenário, não é mais tempo de ingenuidade, então, a Psicologia precisa se organizar, se manter organizada e elevar seu nível de organização e, principalmente, se organizar não só mais como categoria, mas também se organizar dentro de outros campos, com outras categorias profissionais em direção a um projeto societário mais amplo. Eu acho que se começa por aqui, mas se a gente entende que esse contexto macro-estrutural é um contexto que, realmente, está se agravando em um nível que tem engessado de forma significativa o nosso trabalho, as nossas ações em defesa dessas garantias, desses direitos sociais e desses direitos humanos, é preciso que a gente saia da Psicologia; amplie essa organização da Psicologia com outros cenários, com outros grupos, com outros movimentos,

seja de outras profissões, seja de outros campos. E discutir a possibilidade desse projeto ético-político é ter essa análise muito clara, porque é essa análise que vai nos dizer quais são esses limites e, principalmente, esses limites do nosso trabalho, esses limites do nosso contexto, o que esses limites nos colocam e como que a gente pode enfrentar esses limites e que respostas nós estamos dando para essa conjuntura, nós estamos servindo essa conjuntura, nós estamos respondendo essa conjuntura de que forma? Que respostas técnicas nós temos dado? Que respostas políticas nós temos dado para esse cenário muito mais amplo? Porque durante muito tempo, a história da Psicologia mostra que, durante muito tempo, nós servimos a um grupo, a uma elite. Então, muito mais recentemente na história da Psicologia, nós começamos a pensar efetivamente e a defender um outro projeto político. Então, somos relativamente jovens na defesa de um projeto de classe e de uma classe que não era uma classe dominante e eu acho que nós avançamos muito nessa direção, precisamos continuar avançando. Então, para finalizar, eu só queria deixar essa mensagem que diz, nós nos pedimos com insistência, nunca digam: “Isso é natural”, diante dos acontecimentos de cada dia, numa época em que corre o sangue, em que o arbitrário tem força de lei, em que a humanidade se desumaniza... Não diga nunca “Isso é natural”, a fim de que nada passe por imutável. Obrigada.

PSICOLOGIA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO: A LAICIDADE EM FOCO

Ematuir Teles de Sousa

Bom dia a todas as pessoas presentes!

Quero agradecer o convite para estar aqui e fazer parte da programação desse evento que pretende orientar a categoria e sociedade sobre atuação da Psicologia nas Políticas de Educação, por meio de uma perspectiva da laicidade e dos Direitos Humanos. Desse modo, situo que a minha fala vai na direção de, principalmente, levantar algumas questões que perpassam as relações de gênero e sexualidades no contexto da Educação, farei isso tendo como base o compromisso ético-político que a Psicologia tem assumido em relação a estas questões. Minha fala/texto objetiva problematizar, questionar, posicionar, mais do que oferecer respostas.

Sobre este que vos fala

Antes disso, gostaria de situar três aspectos que versam um pouco sobre o lugar de fala que ocupo, demarcando de antemão que este lugar é produto de diferentes fluxos de minha história e experiências. O primeiro, diz respeito à representação na Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia (gestão 2017-2019) e do Conselho Regional de Psicologia de Santa Catarina (gestão 2016-2019); o segundo, o lugar de quem pesquisa e se debruça nos estudos de gênero e sexualidades; e o terceiro trata-se de uma dimensão mais

particular, que tem a ver com os processos de alguém que viveu e vive experiências de preconceito por conta da orientação sexual (homossexual) em diferentes lugares, incluindo aí as lembranças do meu processo de escolarização.

Quando rememoro e faço contato com estas lembranças, percebo a nítida relação com as questões que envolvem a (não)discussão de gênero na Educação. Pois as práticas discriminatórias que vivi em minha trajetória escolar, dizem respeito, entre outras coisas, por não haver naquele espaço um acolhimento para as diversas formas de expressão de gênero, algumas brincadeiras, gestos, demonstrações de afetos que possuía eram considerados práticas femininas ou própria de mulheres. “Mulherzinha!”, “Olha ela!”, “Viadinho!”, são expressões que exemplificam o que eu ouvia e às vezes ainda ouço como forma de xingamento ou menosprezo. Mas, o que fundamenta este tipo de interpelação do Outro? E o que sustenta a manutenção destas práticas no chão da escola?

Neste contexto, o meu corpo foi demarcado, identificado e produzido reiteradamente como um corpo que deveria performar a masculinidade, um homem, um macho, um menino, portanto, masculino. Jamais poderia se identificar e/ou manifestar qualquer proximidade com a compreensão social que se faz do que é ser mulher, fêmea, menina, feminina. Ancorado em teóricas (o) como Judith Butler, Guacira Lopes Louro, Michel Foucault, dentre outras/os, compreendo estas práticas como parte de forças normativas que incidem sobre as nossas vidas e nossas subjetividades. Práticas reiteradas que se impõem como “verdades” absolutas sobre os nossos corpos e que de tão repetidas são naturalizadas e institucionalizadas, produzindo exclusão, violência e manutenção de alguns privilégios sem que estas sejam consideradas excludentes. Formas de opressões e preconceitos perpetrados no nosso cotidiano.

Algo que aprendi com os estudos de gênero e feministas, foi que os nossos corpos possuem diferentes posicionalidades de

raça, etnia, gênero, classe, orientação sexual, expressão de gênero... e que dependendo do contexto, estas posicionalidades são convocadas para validar a humanidade do sujeito e consequentemente determinar se é uma vida considerada importante de se preservar ou se pode ser descartada! Gostaria de destacar as geografias do meu corpo e a forma como hoje me identifico, de modo que, ao localizá-las, possam junto comigo situar os lugares de privilégios e opressões que estas linhas de minhas experiências possibilitam — identifico-me como homem cis, homossexual, pardo, oriundo de camadas médias da sociedade... Posiciono-me assim, como forma de demarcar a interseccionalidade de nossos corpos/ subjetividades e que estas posições mesmo que não sejam consideradas estanques, podem em algum momento produzir lugares de privilégios ou opressões. Destacar isso é importante para demarcar que só é possível defender, promover e garantir políticas educacionais comprometidas com práticas de respeito e cuidado, quando reconhecemos que somos subjetivados em contextos em que determinados sujeitos vivenciam processos de vulnerabilização, violência, preconceito e discriminação por conta da hierarquização das diferenças.

Empresto o conceito de “experiência” de Joan W. Scott (1998), em que afirma que não basta tornar visíveis as experiências com base em histórias individualizantes, como se esta visibilidade oferecesse uma verdade incontestável sobre o sujeito. Ao trazer esta problematização que envolve situar o corpo e alguns elementos de minha experiência, não quero de nenhuma maneira formular uma possível relação de “verdade” sobre as formas pelas quais me localizo(am), no sentido de que estas localizações possuam uma origem em mim mesmo, quando sei que são produtos das condições de possibilidade agenciadas na minha história. Dessa maneira, a forma como estou demonstrando as localizações e posicionamentos não

devem ser utilizadas como evidências de um processo individualizante, pois práticas de individualização caem na redoma positivista de encontrar origem e causa, não historicizando as relações e não problematizando os modos como estas relações operam para produzir determinados jeitos de ver o mundo.

Sobre Gênero e Sexualidade

Gênero e Sexualidade, dois conceitos distintos que possuem ampla discussão por diferentes áreas do conhecimento e movimentos sociais. No campo das ciências humanas, considerando os aspectos históricos e culturais, estas temáticas envolvem discussões sobre uma conjuntura social que busca universalizar sujeitos em normas e regras, configurando práticas excludentes e preconceituosas para com as pessoas que se subjetivam de modos distintos a estas normativas. Trata-se, portanto, de temáticas complexas das quais todas(os) nós estamos envolvidas(os), pois, somos constantemente interpeladas(os), de forma direta ou não, a ocupar determinadas posições no âmbito social e da vida.

O histórico dos movimentos sociais de luta pela diversidade, os diferentes feminismos e o transfeminismo têm nos demonstrado a opressão, preconceito e violências vivenciadas pelas pessoas consideradas fora da norma no âmbito da Educação e nos mais variados espaços da sociedade. Estes diferentes grupos, lutam pelos seus direitos, pela conquista de políticas públicas onde se preserve ao máximo os princípios de Cidadania e Dignidade da pessoa humana, previstos pelo artigo primeiro da Constituição Federal do Brasil, de 1988. Ou seja, há um movimento constante de resistência para que seja viabilizado aquilo que deveria ser respeitado

como condição humana — o direito de ser quem se é.

As(os) profissionais da Psicologia, incluindo profissionais que atuam na Educação, têm sido chamadas(os) a ocupar um lugar de prescrição, normalização, normatização e patologização das expressões subjetivas consideradas fora do padrão cisheteronormativo, como é o caso das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Quando as(os) profissionais reiteram estas posições, contrariam o Código de Ética da Profissão que está respaldado pelos valores dos Direitos Humanos e por uma perspectiva democrática de direitos.

As diferentes produções de conhecimentos e campos de atuações da categoria de Psicólogas(os) nos demonstra a pluralidade humana no que se refere aos processos de subjetivação. Este aspecto nos possibilita pensar qual o lugar que a Psicologia possui como Ciência e Profissão nas temáticas de gênero e sexualidade e sua interface com a Educação. Deve estar direcionada ao acolhimento, inclusão e respeito para com as diferenças e diversidade sexual e de gênero e não mais como uma prática normalizadora e normatizadora, muito menos patologizante, tal qual era tida em outros momentos da história. Num cenário mais amplo, a Psicologia Brasileira, leia-se: a atuação das(os) psicólogas(os), deve caminhar respaldada pelos valores dos Direitos Humanos e contribuir para a consolidação de políticas públicas e respeito para com a diversidade.

O Humano Universal?

É preciso reconhecer antes de tudo que o modo como nós vamos produzindo uma ideia de “humano” não está descolado com os processos históricos e culturais que irão nomear determinados corpos como humanos e outros como

“não-humanos”. Quando a filósofa Judith Butler (2000), em seu texto intitulado “Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”, afirma a existência de corpos qualificados como vidas que não valem a pena proteger e salvar; ela problematiza o quanto estes ocupam um lugar necessário para que outros corpos se qualifiquem como aqueles que importam, como aqueles que pesam, como formas de viver que valem a pena ser preservadas!

Este certamente é um debate complexo, mas que demonstram o porquê quando pensamos em Direitos Humanos nas políticas públicas educacionais é necessário constantemente problematizarmos as condições de possibilidade históricas e culturais em que se produz uma noção de humanidade para determinados grupos que se aproximam de normas que são consideradas padrão, isto é, um ideal regulatório de humanidade que os inserem numa seara onde são dignos de que os direitos sejam garantidos. Homem, branco, rico, heterossexual e cisgênero, parecem ser as localizações de sujeitos que mais se aproximam de certos ideais de humanidade que são reiterados na sociedade e na nossa cultura. É necessário que possamos problematizar este ideal e apostar em políticas educacionais que considerem as Diferenças.

Sabemos que estamos enfrentando um cenário político e social que envolve a ascensão de uma concepção neoliberal que permeia os projetos de sociedade, projetos que evidentemente, estão culminando na perda de direitos em todos os níveis, na Educação, na Saúde, na Assistência Social, dentre outros. Nesse sentido, importante considerar que “o ideal de humano”, com todos os pesos *cisheteronormativos* que esta expressão carrega, é convocado nos diferentes projetos de lei e nas revisões de políticas educacionais, justificando práticas morais e fundamentalistas em relação às pautas progressistas no campo de gênero, sexualidades e direitos reprodutivos, sob aquilo que Richard Miskolci (2018), baseado em Butler, em texto recentemente publicado,

nomeou como o espectro da “ideologia de gênero”, ou seja, um fantasma que assombra a efetivação de políticas progressistas e utilizado por diferentes grupos de interesses no cenário político atual. É necessário abrir uns parênteses, “ideologia de gênero” é uma expressão cunhada por estes grupos de interesses que são contrários às pautas que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos, bem como os direitos da população LGBT, baseadas em práticas morais e/ou religiosas.

Conforme nos aponta Miskolci (2018), no Brasil, a disseminação deste fantasma iniciou em 2013, quando houve a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de reconhecer a união entre pessoas de mesmo sexo/gênero. Tendo como protagonista, o na época deputado, Jair Bolsonaro, que iniciou um movimento contra o material produzido pelo Ministério da Educação (MEC) que seria distribuído na escola a fim de enfrentar a discriminação e violência vivenciada pela população LGBT, no qual intitulou de “Kit Gay”. Contando com o apoio da chamada “bancada evangélica” e por católicos, produziram a imagem de que este material ameaçava as crianças e a “família tradicional brasileira”. Um discurso que coloca a população LGBT e feministas como uma ameaça à sociedade, disseminando medo e ódio para com esta população.

Em 2014, esse espectro da “ideologia de gênero” culminou na retirada das discussões que envolvem gênero e diversidade dos planos de educação, na esfera nacional, em alguns estados e municípios. Apesar de oficialmente não ser permitido ao Estado estabelecer vínculos com grupos religiosos, a interferência de determinados segmentos nestas decisões foi explícita. Em Santa Catarina, Tubarão, Chapecó e Florianópolis são exemplos de municípios que realizaram debates em suas respectivas câmaras de vereadores e decidiram pelo veto destas discussões nas escolas.

Na Psicologia, essa expressão passou a ser adotada e disseminada por um segmento vinculado a pautas religiosas, os

autointitulados “psicólogos cristãos” (é preciso dizer que esta Psicologia não existe e não é reconhecida), que produzem tensionamentos morais acerca do posicionamento ético-político da Psicologia em relação ao casamento e adoção entre pessoas LGBTs, a despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero, aos direitos sexuais e reprodutivos, e ao posicionamento por uma sociedade democrática, plural e laica. Como disse o pesquisador Jorge Leite Júnior, em um Seminário em que estive em São Paulo, no ano de 2015, a palavra “gênero” passou a ser sinônimo de “bicho-papão”, em que é necessário preocupar-se com ela, sendo possível até substituir a expressão popular por: “cuidado que o gênero vai te pegar!”.

Gênero virou uma ameaça que deve ser combatida pelos chamados “cidadãos de bem”(!), que jogam a população LGBT para as margens e mantém para si os seus lugares de privilégios em relação a questões básicas como: Saúde, Educação, Trabalho... Não queremos mais ser e estar nas margens, queremos ocupar e estar em todos os espaços que nos é de direito! Concordando com Miskolci (2018), é necessário considerar que para além dos grupos fundamentalistas religiosos, pautas contrárias aos direitos de mulheres e LGBTs foram incorporadas por outros grupos de agenda neoliberal e outros que vivenciam o medo disseminado pelo “fantasma de gênero”, são diferentes grupos que se unem em torno do enunciado da “ideologia de gênero”, com diferentes interesses, econômicos, políticos e sociais.

Temos presenciado segmentos que tentam ressuscitar teorias e epistemologias das quais não mais reconhecemos como práticas científicas nos estudos de gênero e sexualidades, retóricas que ousam tomar o discurso de Direitos Humanos para dizer que aqueles e aquelas que sempre tiveram seus lugares de privilégios reiterados, estão vivendo situações de preconceito. Evocam-se expressões e práticas que tentam inverter a lógica da opressão, transformando os que possuem seus direitos negligenciados como algozes.

Estamos vivenciando processos muito difíceis em que somos obrigados a ouvir que existe “preconceito hetero”, “destruição da família”, “racismo branco”, ou ainda presenciar pesquisas acadêmicas que tentam desmobilizar os estudos de gênero afirmando que o feminismo se desencadeia por um vitimismo desenfreado, que as pessoas trans são frutos de fenômenos midiáticos, ou ainda presenciar situações em que homens se sentem afrontados com a existência da Lei Maria da Penha. Ao destacar estes exemplos, quero evidenciar que não basta uma retórica dita científica se ela não considera direitos humanos fundamentais, como a dignidade e a liberdade. É necessário constantemente questionar: Qual a perspectiva epistemológica eu me sustento para afirmar a Psicologia como ciência, e consequentemente, construir a minha prática profissional? A quem serve esta perspectiva?

É inegável que ao longo dos anos, a Psicologia tem sido convocada para corroborar com práticas de correção e coerção das expressões subjetivas que são forçadas como problemas a serem corrigidos. É inegável também que no histórico da Psicologia contribuímos muito para os processos de normalização e patologização das expressões ditas fora da norma. Passado que necessita ser lembrado para não ser repedido. Então qual seria o lugar da Psicologia frente a estes aspectos? Sem sombra de dúvidas temos o compromisso ético-político de problematizar estes processos de individualização e os modos como impactam na vida de determinados segmentos da sociedade, como é o caso da população das mulheres e LGBTs, na direção de construir outras condições de possibilidades existenciais.

Concluindo

As constantes iniciativas que se ancoram em discursos universais em torno da categoria “humano” e da falácia ideia de que discutir gênero na educação servirá para “acabar com a família e com as crianças”, nada mais são do que o recrudescimento de um projeto de sociedade excludente que vem dominando o cenário político brasileiro há décadas. Estamos certamente vivenciando no Brasil tempos de verdadeiros retrocessos de direitos sociais, tempos de acirramento da desigualdade social, do desrespeito às diferenças, às raças, a etnia, a sexualidade, ao gênero, à diversidade enfim. Tempos temerosos e de exasperação do ódio. Tempos de um governo que promove a pobreza da sociedade, favorecendo a acumulação do sistema financeiro para parte privilegiada da população, com acesso a bens materiais e simbólicos negados à maioria das brasileiras e brasileiros. Um governo privatista que apequena o país.

Para finalizar, não posso deixar de demarcar que hoje é o dia do orgulho LGBT. Quero poder afirmar o orgulho de ser gay e reafirmar a existência de diferentes expressões de gênero e sexualidades, as expressões da população de lésbicas, gays, bissexuais, travesti e transexuais, e outras tantas que sequer podem ocupar o lugar de existência em nos mais variados espaços, incluindo aí o espaço da Educação. Finalizo com a frase da teórica Berenice Bento (2018, p. 14) em seu texto *Necrobiopoder: quem pode habitar o estado-nação?* E transformo o susto que ela anuncia no meu, na expectativa que sejam também seus, para que possamos construir uma Educação cada vez mais comprometida com transformações sociais significativas, assim diz ela: “Esse é meu susto: o rosto, o corpo, a pele, a língua, atributos ditos humanos, não bastam para assegurar o direito à vida.”

Muito Obrigado!

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?. Cad. Pagu, Campinas, n. 53, e185305, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 Jun. 2018.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes. (org.). O corpo educado: pedagogias excludentes. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, e185302, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200402&lng=en&nrm=iso>. acesso em 01 jun. 2018.

SCOTT, Joan W. et al. A invisibilidade da experiência. Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. v. 16, 1998.

Bom dia a todas e a todos.

Primeiro eu gostaria de agradecer ao convite para estar aqui, e pela companhia à esta mesa: Jaira, Priscila, Ematuir, — pessoas muito queridas. Eu não poderia iniciar a minha fala, sem produzir uma reflexão acerca do porquê de estarmos aqui, hoje. Essa é uma das etapas do IX Seminário Nacional de Psicologia e Políticas Públicas; essa é a etapa Sul, já tivemos a etapa Sudeste, em Minas Gerais, já tivemos a etapa norte, no Pará, e ainda teremos a etapa Nordeste, no Piauí, e a etapa Centro-oeste, no Mato Grosso do Sul.

Por que, afinal de contas, o tema *políticas públicas* nos convida? Talvez essa seja uma boa reflexão para iniciarmos, e de antemão anuncio que teríamos várias possibilidades de resposta. Poderíamos lembrar, por exemplo, em que pese à profissão ter sido regulamentada em 1962, é exatamente no meio dos anos oitenta, momento em que o país vivia um processo de redemocratização, que a Psicologia também se posicionava, tomando o compromisso social como rumo, como projeto político para a profissão. Novos ventos que produziram muitas mudanças, muitos efeitos (BICALHO et al, 2018).

O discurso do compromisso social, efetivamente, não é só um discurso. E nós podemos ter vários dados objetivos para perceber isso. Podemos lembrar que a categoria atualmente, com mais de trezentos mil psicólogos e psicólogas no Brasil, tem nas políticas públicas um importante campo de atuação e, portanto, muitos de nós, efetivamente, atuamos

³ Professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos. Membro da diretoria do Conselho Federal de Psicologia, gestão 2017-2019.

como profissionais de Psicologia juntos às políticas públicas (SILVEIRA, 2018). Essa, portanto, poderia ser uma boa explicação porque nós estamos aqui: porque ocupamos as políticas públicas, as quais se tornaram um importante campo de trabalho.

Poderíamos dar outra resposta também. Podemos lembrar que nos últimos cinco anos a procura por cursos de Psicologia cresceu cerca de vinte cinco por cento. Somos uma carreira em ascensão. Somos hoje uma profissão que coloca ao ano mais ou menos vinte mil novos profissionais no mercado, oitenta e cinco por cento deles graduados em universidades privadas, e isso é um dado que nós precisamos também analisar. Formar psicólogos também é um mercado. E precisamos lembrar que os recém-formados, o campo de atuação que mais hoje os emprega, é uma política pública específica: a assistência social (CIDADE E BICALHO, 2019). O SUAS é hoje o maior empregador de recém-formados em Psicologia. É essa a política pública que garante o início da atuação de muitos psicólogos e muitas psicólogas no Brasil. Essa poderia também ser uma explicação de porque nós estamos aqui. Mas eu prefiro uma outra.

Eu queria lembrar um querido amigo, Marcos Vinícius de Oliveira, que está entre nós a partir das suas proposições. Lembremos que partiu dele a ideia que, em 2006, possibilitou a concretização do CREPOP. Marcos Vinícius proferiu muitas palestras, e em uma delas eu estava com ele, dividindo a mesma mesa, no Congresso Internacional sobre Drogas, no Museu da República, em Brasília. Ele nos falava que para que possamos compreender a subjetividade das brasileiras e dos brasileiros, nós precisamos entender uma equação. Exatamente isso: uma equação, que hoje seria nove vezes dez, vezes duzentos e dez, dividido por quatrocentos EC.

Vivemos em um Brasil extremamente desigual: ao mesmo tempo em que somos a nona maior potência econômica mundial, de acordo com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais da Fundação Alexandre de Gusmão; somos

o décimo país com o pior índice de desigualdade de renda, segundo o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Da mesma forma, temos nossa história marcada por quatrocentos anos de escravização e colo-

nização. A “equação” seria expressa por $\frac{9 * 10 * 210}{400EC}$, onde: 9 = posição que ocupamos como potência econômica; 10 = lugar que ocupamos na lista de países mais desiguais; 210 (milhões) = habitantes do Brasil/ 400EC = 400 anos de escravização e colonização que estruturalmente nos constitui como sociedade. Mais do que momentos históricos, Marcos Vinicius referia-se a uma tecnologia de poder. Para Marcos, torna-se impossível pensar pistas para uma subjetividade brasileira sem levar em consideração nossas riquezas, nossa desigualdade, nossa grandeza e nossa história de violências.

É impossível pensarmos em subjetividade desconsiderando o histórico de colonização, o histórico de escravização, a desigualdade que nos constitui como sociedade. Isso explica o fato de por que nós estarmos aqui. Não estamos aqui apenas por serem as políticas públicas um campo de atuação para nós. Não estamos aqui apenas porque nas políticas públicas os recém-formados têm conseguido atuar. Nós estamos aqui fundamentalmente, porque acreditamos que é pelas políticas públicas que conseguimos modificar a equação. Se o que está em jogo é uma desigualdade que produz violência, se o que está em jogo é um histórico de escravização e um histórico que nos subjetiva a partir do racismo, do machismo, da LGBTIfobia, e tudo isso nos constitui como sociedade, precisamos apostar que é pelas políticas públicas que vamos modificar os números que hoje compõem a equação. Precisamos construir um país menos desigual, e por isso, pensar na relação políticas públicas e Psicologia muito nos interessa, porque efetivamente cumprir o discurso do compromisso social significa produzir um país menos desigual, e produzir um país menos desigual

é produzir um país com menos violência, em especial àquelas populações que são efetivamente mais alvo dessa violência. E queria chamar a atenção aqui para mulheres, para a juventude negra, e para a população LGBTI desse país. É por isso que estamos aqui: porque acreditamos nas políticas públicas como vetor de diminuição desta desigualdade que não somente constrói a realidade brasileira, mas principalmente nos subjetiva enquanto população.

Então, por este viés, gostaria de enfatizar a importância de discutirmos nessa mesa a relação entre laicidade e educação. Talvez a primeira questão que eu gostaria de colocar aqui, é que laicidade não se opõe a religiosidade. Isso é algo bastante importante para que nós possamos iniciar tal discussão. Naquela equação poderia estar um outro número, poderia estar o número vinte e três. Nós somos o vigésimo terceiro país mais religioso do mundo a partir dos dados de 2017. Por que eu não coloquei naquela equação? Porque na verdade, sermos o vigésimo terceiro mais religioso não é, ou não se constitui, como um problema para nós, porque apostar na laicidade não é apostar na redução da religiosidade. Apostamos na laicidade, porque nós entendemos a importância do respeito às diferenças e às liberdades de expressão, presentes na nossa Constituição. Respeitar a liberdade religiosa é fundamental para pensarmos a laicidade de Estado. Então talvez essa seja uma primeira boa proposição. Laicidade não se dissocia de religiosidade. Afirmamos a importância da laicidade porque entendemos que a religiosidade é também um fundamento da constituição da subjetividade de nós brasileiros, e precisamos compreender a religiosidade como processo subjetivo e garantir a liberdade religiosa a partir da própria noção de laicidade de Estado.

O código de ética profissional das psicólogas e psicólogos, construído a partir de múltiplos espaços de discussão e publicado no ano de 2005, cita nos dois primeiros princípios

fundamentais a necessidade de respeito à liberdade, e a eliminação de quaisquer formas de discriminação. Portanto, me parece que também é tarefa para nós, psicólogas e psicólogos, garantir a diversidade, e garantir a liberdade religiosa em nossas práticas profissionais. Quando estamos discutindo laicidade, não estamos fazendo uma oposição à religiosidade. Mas afinal de contas, quando nos referenciamos à laicidade, estamos no opondo a quê? Ao fundamentalismo.

O fundamentalismo não é algo específico da religiosidade. Nós temos fundamentalismo científico, fundamentalismo político. Fundamentalismos das mais diversas ordens. E o fundamentalismo religioso é uma forma possível de fundamentalismo. Como podemos construir uma fisionomia para o fundamentalismo? (1) A imposição de uma verdade, quando a verdade não é o que está em jogo. (2) A disseminação de discursos de ódio, produtor de medo, que se constitui nesta sociedade como operador político da ordem. O que significa isso? A disseminação do ódio produz medo em cada um e em cada uma de nós, mas o medo que sentimos não é individual, nem privatista. O medo que eu sinto não é um medo que é meu, ele é o medo produzido nessa sociedade para garantir uma certa noção de ordem, por isso o medo se constitui como operador político. E o medo disseminado pelo ódio é uma das características do que nós chamamos de fundamentalismo. E, (3), a vontade de punir. Punitivismo, denunciamento. E é bom lembrar que a vontade de punir do fundamentalismo, é uma vontade de punir as diferenças, é uma vontade de punir aquilo que não se constitui a partir de uma certa noção daquilo que seria assepticamente constituído por uma sociedade da ordem. E se a vontade de punir é dirigida à diferença, essa diferença na relação fundamentalista se constitui a partir da noção do que se considera lixo, portanto, nós ditos diferentes, nós que não cumprimos a cartilha da assepsia, nós que não estamos previstos a partir de uma política de ordem, passamos a nos constituir como lixo.

E é bom lembrar que lixo nada mais é do que aquilo que está fora do lugar. E o que está fora do lugar, só depende de um certo ponto de vista. Daí nós caímos de novo na questão da subjetividade. Alguns de nós passamos a nos constituir também, e principalmente a partir de um viés subjetivo como lixos em uma sociedade, que precisa ser asséptica, que precisa estar constituída sob um paradigma da ordem, e que portanto, esses que se constituem como diferentes se apresentam como empecilho para a sociedade da ordem e para a sociedade da assepsia. Por conseguinte, a vontade de punir a diferença se associa à disseminação de discurso de ódio, se associa a uma certa imposição da Verdade (CAVALCANTI, CARVALHO E BICALHO, 2018). É disso que nós tratamos quando afirmamos um Estado laico, não fundamentalista, que não se constitui pela imposição de uma certa noção de verdade; é a afirmação de um Estado que não se constitui a partir da disseminação de discursos de ódio, e é um Estado que não se constitui a partir da vontade de punir a diferença, logo entendida como lixo. É disso que se trata quando nós falamos de laicidade. Por isso, falar de laicidade é falar de algo que se constitui contrário a um certo projeto de ordem, a um certo projeto de assepsia.

A proposição fundamentalista de articular diferença ao lixo a ser removido, não é apenas uma ideia retórica, mas que produz dados muito objetivos, traduzidos em dados de violência, sobretudo dirigidos às denominadas minorias. Essa é uma questão para nós, psicólogos e psicólogas pensarmos: quando afirmamos sermos profissionais da subjetividade, não estamos nos opondo à objetividade. Objetividade e subjetividade não são duas instâncias dissociadas: quando falamos em produções de subjetividade articuladas ao punitivismo e a discursos de ódio, estamos nos referindo a dados concretos e muito objetivos. Neste país, no ano de 2017, 343 LGBTIs foram assassinados por motivações de orientação sexual e de identidade de gênero. E a cada ano são mais pessoas mortas,

materializadas por uma curva que é só ascendente. O que fez com que nós nos tornássemos o primeiro país em assassinato dessa população? O que faz com que nós tenhamos dados absurdos sobre violência contra mulher? De 1980 a 2016, neste país, foram assassinadas 180 mil mulheres: o tamanho de uma população de uma cidade média. Desse modo, quando afirmamos existir uma produção de subjetividades fundamentalistas, não estamos falando de algo abstrato. O fundamentalismo produz três efeitos muito concretos e objetivos no nosso modo de entender a subjetividade. (1) O fundamentalismo nos segrega, exatamente porque aponta que esses diferentes estão fora do lugar, porque esses diferentes se constituem como lixo, e esses diferentes estão fora do seu lugar, e, portanto, a segregação é um primeiro grande efeito na subjetividade. (2) O segundo grande efeito é a infantilização, com a qual se destitui o nosso lugar de fala. Os diferentes, os considerados lixo, perdem a autonomia e a autodeterminação, a possibilidade de dizer quem são, o que querem. A infantilização é um segundo grande efeito subjetivo do processo fundamentalista. (3) E o terceiro efeito subjetivo é o que nós chamamos de culpabilização: porque não basta sermos segregados, não basta sermos infantilizados. Precisamos nos sentir ainda culpados por isso. Precisamos acreditar que o fato de nós estarmos sendo segregados, e o fato de nós estarmos sendo infantilizados, diz respeito a uma escolha. E as escolhas são processadas como de responsabilidade individual. E, assim, nos tornamos responsáveis pela própria segregação, pelo fato de que o nosso lugar de fala não está sendo respeitado. A culpabilização, a infantilização e a segregação são três processos para os quais o fundamentalismo age na nossa construção subjetiva, e se somos nós, psicólogas e psicólogos os profissionais da subjetividade, precisamos entender de que maneira o ódio, a verdade, e a vontade de punir produzem sujeitos culpabilizados, infantilizados e segregados. E precisamos

pensar o que isso tem a ver com a nossa atuação no campo das políticas públicas.

É por isso que estamos aqui. Porque o fundamentalismo produz modos de ser sujeito nesse mundo em que habitamos. Porque as políticas públicas são importantes no processo de construção de um país menos desigual.

Sobre as políticas públicas de educação: por que educar se torna um objeto de disputa? Por que no projeto fundamentalista contemporâneo está em disputa a educação? Porque educar é, sobretudo, um ato político. Parafraseando Silvia Lane: toda educação é política, por que educar serve para conservar ou transformar. E conservar ou transformar são, igualmente, atos políticos. Por isso a educação é um local de disputa, porque através dela produzimos política. Não existe educação sem partido (SCRIVANO, CUNHA E BICALHO, 2017). Não existe educação apolítica, porque toda educação promove ou o conservadorismo, ou alguma forma de revolução. E, portanto, afirmar a laicidade da educação constituiu-se como uma tarefa urgente para todos nós.

E a Psicologia, com isso? A potência de nossas práticas, compromissadas com a promoção dos Direitos Humanos, está na problematização da violência e exclusão produzida nesta sociedade. Fundamentalismos produzem efeitos no mundo, os quais podemos e devemos colocar em análise. Uma alternativa possível está no reconhecimento da nossa produção coletiva, e no caráter político das nossas práticas. Podemos construir outras direções para a prática do psicólogo e da psicóloga, comprometidos então com a ética, com a construção de escolhas autônomas, de modo singulares de existência, e de processos coletivos potentes. Precisamos retirar a diversidade do plano da violência. Precisamos retirar a diversidade do lugar daquilo que está fora de lugar,

pois a diferença configura-se como potência para reinventarmos o mundo e para reinventarmos a nós mesmos. Deslocar a noção de diferença do lugar de lixo, e passamos a pensar a diferença como potência, me parece ser algo urgente para as nossas práticas de psicólogas e psicólogos, junto ao campo de atuação nas políticas públicas.

E com que estratégias enfrentamos tamanho desafio? Através do diálogo, elemento importante para a construção de uma política do comum elemento insuportável aos fascistas e aos fundamentalistas. Márcia Tiburi, em *Como Conversar com um Fascista*, sugere que o diálogo requer a postura do guerreiro sutil, aquele que assume uma espécie de guerrilha cuidadosa e delicada, e desafia o poder desde a sua interioridade, desde o seu núcleo duro, para desmontá-lo radicalmente. É preciso, diz Márcia Tiburi, contra-atacar desarmando os dispositivos discursivos, esses que se constituem como discursos de ódio. Intensificar o diálogo. Dialogar com as bases, com os usuários das políticas públicas. Por isso esse é um lugar estratégico para nós. Para afirmarmos uma educação laica; para afirmarmos uma Psicologia laica. E temos um desafio em relação a isso: compreender o tempo de si, o tempo do outro, o tempo de permanência da experiência do diálogo. Portanto, precisamos insistir no ato de escutar, de falar e de se fazer escutar. Precisamos não ceder aos afetos ressentidos e construídos como ódio, porque não afirmamos a laicidade a partir dos discursos de ódio. Precisamos oferecer o desentendimento como dúvida, para desestabilizar as verdades impostas como verdades inquestionáveis. Precisamos lembrar que diálogo é resistência. Não podemos, em nome da laicidade, oferecer discursos de ódio. Não podemos, em nome da laicidade, impor as nossas verdades, e não podemos em nome da laicidade, construir sociedades mais punitivas.

Clarice Lispector, em *A Hora da Estrela*, nos dá algumas

pistas. Ela nos diz: “Tenho um arrepio de medo. Ainda bem que o que eu vou falar já deve estar na certa de algum modo escrito em mim. Tenho é que me copiar com uma delicadeza de borboleta branca [...] Esqueci de dizer que tudo o que estou agora falando é acompanhado pelo rufar enfático de um tambor batido por um soldado [...] Pois a vida é assim: aperta-se o botão e a vida acende. Só que [não é dito a todos] qual é o botão de acender.”

Precisamos nos inspirar mais em Clarice. E para terminar, gostaria de lembrar que a Psicologia quando se constituiu como ciência, ela se constituiu como saber periférico. As noções de gênero quando entram na Psicologia, entram como saberes periféricos, e as políticas públicas quando chegam à Psicologia chegam como campo de atuação periféricos. Me parece que colocar em discussão os saberes periféricos, é algo bastante importante para essa discussão que nós estamos fazendo aqui. E sobre os saberes periféricos, e sobre a noção de lixo tratada ao longo dessa fala, eu gostaria de encerrar na companhia de Lélia Gonzalez, autora de *Racismo e sexismo na cultura brasileira*: “e o risco que assumimos aqui é o ato de falar com todas as implicações, exatamente porque temos sido falados, infantilizados, que aqui assumimos a nossa própria fala. Ou seja, o lixo vai falar, e numa boa”.

Muitíssimo obrigado.

REFERÊNCIAS

BICALHO, P. P. G., et al. Compromisso social e democratização dos discursos nos Congressos Nacionais da Psicologia e nos Congressos Brasileiros de Psicologia: ciência e profissão. *Psicologia & Conexões*, Rio de Janeiro, v 1, pp. 22-44, 2018.

CAVALCANTI, C. S.; CARVALHO, M. W. V.; BICALHO, P. P. G. A Estranha Liberdade de Odiar: uma análise do processo de Ação

Civil Pública contra a Resolução 01/2018, do Conselho Federal de Psicologia. Revista Periódicus, n. 1, pp. 231-249, 2018.

CIDADE, M. L. R.; BICALHO, P. P. G., 2019. É possível libertar a Psicologia? – Caminhos em direção a psicologias da libertação In: GUARESCHI, N. M. F.(Org.) Psicologia e Assistência Social. Petrópolis: Vozes, 2018. pp. 36-51.

SCRIVANO, I.; CUNHA, F.L.; BICALHO, P. P. G. Escola sem partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades In: FRIGOTTO, G. (Org.). Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/ LPP, 2017. p. 105-120. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B8ZDG4hi54IEZ05HQWdzUmViekE/view>>. Acesso em: 26 nov 2019.

SILVEIRA, D. P. Psicologia e Compromisso Social: a inserção da profissão no monitoramento das políticas públicas no Brasil In: SOLIGO, A.; BICALHO; P. P. G.; PORTUGAL, F. T. (Orgs.). Formação em Psicologia para a transformação psicossocial na América Latina. Rio de Janeiro: Alfepsi, 2018. v.3, p. 191-204.

MEDICALIZAÇÃO EM CONTEXTO ESCOLAR

Flávia Cristina Silveira Lemos

Medicalização, Biopolítica e Educação: Estado, Cidade e Trabalhadores Pobres

Boa tarde.

Queremos saudar a todos e a todas, agradecendo o convite do Sistema Conselhos e também, parabenizando por mais um importante seminário realizado e organizado. Bom, em relação ao tema da medicalização em contexto escolar, eu fiz uma breve conceituação e, aos poucos eu irei caminhar para uma análise das práticas educativas e para um plano mais macropolítico em articulação com o campo micro dos processos de medicalização. Há um campo vasto de definições a respeito do termo medicalização, o meu trabalho opera com uma perspectiva dos estudos de Michel Foucault e da análise institucional francesa.

Iniciamos com a menção da conferência *Nascimento da Medicina Social*, ministrada por Foucault, no Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), em 1974 e, posteriormente, publicada na coletânea, organizada pelo filósofo brasileiro Roberto Machado, no livro *Microfísica do Poder*. Em sequência, me aproprio de um conjunto de discussões do mesmo autor, em diferentes pesquisas realizados e livros publicados por ele a respeito da medicalização.

Na conferência *Nascimento da Medicina Social* há o cuidado analítico de Michel Foucault distinguir três práticas que ele

considerou recorrentes e que foram expandidas para outros países no campo da medicalização, quais sejam: a medicalização da cidade, na França; a medicalização do Estado, na Alemanha e a medicalização dos pobres e trabalhadores, na Inglaterra. Com efeito, a extensão destas práticas para outros países não implica afirmar que houve uma mera difusão, porém, destaca-se quanto o processo de apropriação das práticas medicalizantes da cidade, do Estado e dos trabalhadores pobres ocorreu por praticamente todo o Ocidente, nos últimos dois séculos e meio.

A medicalização para Foucault é um campo de poder e saber, um conjunto de práticas operadoras de uma transformação dos acontecimentos cotidianos em objetos de saber e poder biomédicos, porém, não apenas vinculadas às biotecnologias e à biomedicina. Com efeito, as práticas de medicalização não se restringem apenas aos saberes biomédicos e às relações de poder das biotecnologias.

As práticas de saber e poder outras também poderiam fabricar efeitos medicalizantes, tais como: a organização hospitalocêntrica da atenção em saúde; da racionalidade neuropedagógica da educação e na escola; do uso indiscriminado de testes na avaliação psicológica de modo descontextualizado; um olhar clínico psicologizante para as dificuldades de ensino-aprendizagem; a expansão da hiperprevenção nas comunidades em nome da gestão de riscos e intervenção em situações de vulnerabilidades e até mesmo o uso intensivo de tecnologias leves de saúde, por exemplo (ROSE, 1988).

As práticas de medicalização podem ser ativadas e realizadas não apenas por profissionais ligados a um ofício biomédico ou por profissionais estritamente da saúde. É importante não confundir medicalização com a atuação de um profissional, ou com um campo específico de saber, mas entender o processo como um conjunto de práticas heterogêneas, às quais se aco- plam e são entrelaçadas em um complexo dispositivo de governo da vida e disciplina do corpo, constituindo subjetividades

por uma sociedade e educação medicalizadas.

O objeto é correlato da prática, ambos são fabricados conjuntamente, em uma relação de imanência, saber e poder, entrecruzados. As distinções entre as práticas discursivas e não discursivas não implicam em segmentação de causa e efeito. Forma-se um diagrama de forças díspares, contudo, articuladas, compondo um dispositivo medicalizante da existência, em que vários saberes e poderes são acionados para sustentarem uma determinada racionalidade de governo das condutas, a qual é resultado de um efeito de conjunto múltiplo.

Medicalização do Estado, da Cidade e dos Trabalhadores Pobres

Para Michel Foucault na analítica do poder há uma positividade produtiva além da negatividade da opressão, repressão, abuso e dominação já delimitadas pelas teorias clássicas do poder. Ao problematizar a medicalização do Estado, na Alemanha, Foucault destaca o quanto esta é um dos Estados que mais se organizou pela racionalidade medicalizante e aponta o quanto a construção deste mecanismo de estatização medicalizado teve uma positividade em produzir uma política pública de saúde (FOUCAULT, 2008a).

A estatização da Alemanha pela medicalização do Estado produziu a unificação do mesmo, possibilitando a construção de um ideal de nação forte, saudável e organizada pela racionalidade da segurança. A medicalização permitiu a produção de uma hegemonia política e econômica, na medida em que ela estruturou todo o funcionamento e operacionalidade de um Estado. Assim, há também uma positividade na

medicalização, paradoxalmente, pois, a produção política medicalizante constrói simultaneamente uma política de saúde mental e coletiva, de educação e trabalho (FOUCAULT, 2002).

Ressalta-se, desta forma, que a medicalização em si não é um problema a combater ou a eliminar, já que a questão complicada efetivamente é o fechamento de outras possibilidades e o reducionismo, em uma lógica causal determinista. A aposta não é moral do bem ou mal, do bom ou ruim e sim de como algo funciona a partir de certos mecanismos para criar uma determinada realidade com objetivos específicos. O Brasil é pouco medicalizado se observamos os índices de saneamento básico, por exemplo. Todavia, se analisamos o indicador de consumo de psicotrópicos entre estudantes em escolarização e adultos, no cotidiano de trabalho observamos um intenso quadro de medicalização reducionista.

Michel Foucault (1979b) fez uma distinção de que ele chamou de medicalização leve (*soft*), e medicalização autoritária (*hard*). A medicalização autoritária, então, opera um dispositivo de segurança biopolítico, ou seja, de gestão da vida em um racismo de Estado e de sociedade. A medicalização vinculada ao racismo atua por uma racionalidade autoritária. A medicalização leve (*soft*) está mais próxima das tecnologias de promoção de saúde e educação em saúde, sustentadas pelo higienismo e hiperprevenção enquanto as tecnologias mais duras e autoritárias ganham vulto na internação compulsória em medidas de segurança e estabelecimentos de privação de liberdade socioeducativos.

A biopolítica surge, na segunda metade do século XVIII com uma face, também chamada de paradoxo, um dos polos é o aspecto autoritário da medicalização, o qual passou a ser utilizado para exterminar, segregar, excluir, silenciar, interditar, internar, explorar etc. O segundo polo é o da medicalização leve (*soft*) voltada à gerência da vida em prol da extensão da saúde e governo pautado em um projeto de educação saudável, em

defesa da sociedade (FOUCAULT, 2008b).

A higiene pública nasce nesta perspectiva de extensão social das práticas médicas correlatas a outros saberes como: a geografia, a psicologia, a estatística, a epidemiologia, a demografia, a pedagogia e à economia política. Neste sentido, a medicalização também pode ser chamada de biopolítica como um governo da vida, em nome da saúde e da expansão da saúde, pois, em que fazer viver e deixar morrer passa a ser uma estratégia do Estado Moderno e da sociedade para defendê-la. A vida entra na história, mas isto ocorre por meio de uma racionalização desta como espécie biológica (FOUCAULT, 1999).

Neste sentido, a produção da saúde tem sido formulada como objeto e como uma maneira de garantia e promoção de direitos e, simultaneamente à sua objetivação como direito fundamental, ela passa a ser instituída no bojo dos saberes higienistas e da medicina social que vão se constituindo paralelamente, desde a virada do final do século XIX para as primeiras décadas do século XX como forma de defender a sociedade, em uma clara perspectiva de segurança. A saúde é uma das principais questões trazidas pelas cruzadas educativas via escola e família pelos aparatos médicos (FOUCAULT, 2006). Para Boarini (2003), estes aparatos irão focar o segmento das mães e das professoras normalistas com vistas a alcançar de maneira preventiva às crianças pequenas, difundindo as ideias do movimento higienista, nas primeiras décadas do século XX, no Brasil e ainda hoje consolida esta estratégia por meio das famílias e escolas, em especial, com o apoio de mulheres que tiveram seus corpos medicalizados desde pequenas, ainda crianças e adolescentes.

A perspectiva preventiva e comunitária de cuidado em saúde foi ganhando materialidade e relevância política, no contexto dos estados-nação, da gestão urbana, da gerência do Estado Moderno e da regulação dos corpos dos trabalhadores pobres (FOUCAULT, 1979a). Toda uma política da vida foi sendo tecida

na segunda metade do século XIX em diante, em que a criança pequena e sua mãe eram figuras separadas da sociedade mais ampla como devendo receber atenção especial dos trabalhadores sociais, na assistência médica e higienista pautada nos modos de normalização em interlocução com a filantropia dos beneméritos moralizadores (DONZELOT, 1986).

O movimento higienista foi construído com a preocupação em dar visibilidade pela aliança entre medicina e Estado moderno, podendo fazer dos países ocidentais nações fortes, prontas a entrarem em concorrência entre si com indicadores de desenvolvimento social e econômico, no quadro do liberalismo político. Assegurar saúde passava pela adoção de maneiras de viver, de pensar, de agir, de sentir. Os manuais de civilidade e de prescrição de puericultura foram intensamente usados desde o século XIX e eram ensinados nos cursos de formação das normalistas pelos professores médicos que visavam torná-las futuras educadoras difusoras dos ideais higienistas. Minuciosas técnicas de cuidado e de higiene eram ensinadas às mulheres por meio de cartilhas muitas vezes intituladas de Gotas de Amor por pediatras nas últimas décadas. Estas campanhas que eram vinculadas por médicos, educadores e trabalhadores sociais foram sendo disseminadas e, de maneira geral, vinham seguidas de pedidos de elaboração de leis de proteção às crianças e adolescentes, postulando a demanda pela estruturação de setores estatais responsáveis pela formulação, execução e financiamento das políticas de saúde e educação.

A internação e vários modos de exclusão, na medicalização do Estado era uma forma de evitar revoltas políticas e dissidências socioculturais que colocassem em xeque a unidade do país e o projeto de sociedade orientador do denominado programa de desenvolvimento da nação. Assim, a medicalização do Estado era um indutor de uma economia política, a qual poderia ser definida como bioeconomia, constituída por biovalores e por uma maquinaria biotecnológica variada.

A medicalização da cidade, inicialmente, realizada na França e, posteriormente, generalizada para o Ocidente Moderno, é uma tática de poder e saber, analisada por Foucault (1979a), materializada com frequência nos projetos de urbanismo, sanitários e paisagismo bem como na organização dos bairros planejados e padronizados, nas campanhas de limpeza urbana e exclusão do espaço dos centros urbanos de grupos considerados indesejáveis e adjetivados de abjetos quando objetivados pela medicalização autoritária.

Toda a higienização da cidade, por meio do urbanismo, mas não só a higienização da cidade e, também a dos corpos na cidade por meio das políticas higienistas implicou na difusão de práticas sociais excludentes e/ou inclusivas perversas de populações medicalizadas de modo autoritário pela internação para evitar contaminações e epidemias, por exemplo. Um exemplo concreto entre medicalização da cidade e educação pode ser pensado a partir da formação das professoras normalistas, no século XX, no Brasil, durante as décadas de quarenta e cinquenta. A formação era focada em ações básicas de educação em saúde por meio de noções de higiene, esse é um aspecto de prevenção em que, então as professoras nos níveis iniciais de ensino iriam ensinar as crianças noções de higiene, que eram ações preventivas.

Já, a medicalização dos trabalhadores pobres, na Inglaterra gerou impactos na promoção da saúde do trabalhador, na vigilância e segurança no trabalho, na medicina do trabalho entre outras práticas sociais de gestão biomédica e bioeconômica dos corpos dos trabalhadores. A garantia da saúde é atrelada às práticas que requerem sujeitos aptos ao uso do tempo, subjetividades produtivas e dóceis, sujeitos ágeis e proativos, trabalhadores rejuvenescidos e saudáveis.

A qualidade da produção e a sua quantidade ampliada é parte da gerência de performances e dos desempenhos dos trabalhadores medicalizados. A educação e treinamento para

o desenvolvimento do sujeito trabalhador é pautada, em parte, pela aprendizagem de normas, leis e regras de saúde coletiva e mental com o objetivo de prevenir doenças e acidentes bem como de evitar internações e adoecimentos. Gerir pela medicalização a vida dos trabalhadores não é apenas tratar doenças decorrentes do trabalho. As práticas vão além e operam no controle social da pobreza e da obediência dos trabalhadores com fins utilitaristas e regulados pela égide liberal do conformismo face à exploração do trabalho (FOUCAULT, 1988).

A capitalização da força e da saúde dos trabalhadores assinala para uma proposta de vida ativa, em uma amplitude do conforto e dos exercícios físicos, dos relaxamentos mentais e da psicoeducação afetiva. A compra e venda da força de trabalho e a regularidade disciplinada da produção, no tempo e no espaço está vinculada à submissão política e ao objetivo de expandir processos de trabalho empreendedores, de alto desempenho, com crescente rendimento e intensa produtividade. A pobreza não pode significar ausência de saúde e baixa no desempenho de trabalhadores (CASTEL, 1987).

A educação medicalizante do trabalhador ocorre desde a família e a comunidade até a escola e universidade, sendo ampliada para a formação continuada no emprego e até mesmo na condição de informalidade. Forjar corpos saudáveis e trabalhadores dóceis é um projeto político de uma sociedade capitalista e liberal. O currículo medicalizante opera por intensificação das práticas de saber e de poder da bioeconomia e do biovalor, em escalas jamais vistas antes. Trabalhadores são treinados e educados para aceitarem a hiperexploração docilmente e ainda se policiarem para o controle de sua produtividade em constantes superações de metas.

Conclusões

O ápice deste projeto de sociedade desemboca na patologização do Estado, da cidade e dos trabalhadores pobres, em que há uma extrapolação da medicalização para uma esfera do diagnóstico e dos encaminhamentos de tratamento, de afastamentos, de internações e de estigmas diversos. A condição de adoecimento e o recebimento de rótulos psiquiátricos operam pela vertente de um crescimento vertiginoso do controle medicalizador do Estado, da cidade e dos trabalhadores pobres com fins utilitaristas. A saúde ganha estatuto de um mercado e as explicações funcionalistas passam a organizar uma racionalidade de doença e disfuncionalidade para a construção burocrática do Estado, da cidade e dos trabalhadores pobres.

Aumentar as capacidades, reduzir as incapacidades, ampliar performances é uma preocupação permanente dos que operam com a administração e com as psicopedagogias das competências e habilidades. Caminha-se para a instauração de um *mercado da saúde* na gestão da vida, que é caracterizado por terapias, receitas, gestão da vida e pela chamada competência relacional de trabalho e de educação de cada indivíduo, o qual passa a ser um potencial cliente das tecnologias de governo da saúde (ROSE, 1988).

Se ficarmos abaixo ou se não saímos de lugar fixo, na produtividade, somos julgados como anormais, por não alcançar metas cada vez mais altas e por não conseguir ir além de si mesmo, na extração das forças a potencializar. Compensar os défices das comparações com aqueles que não cessam de correr atrás da autossuperação nos coloca na condição de clientes permanentes de processos de medicalização, pela égide da avaliação de incapaz, indócil e disfuncional (FOUCAULT, 2006).

Havemos que ser dóceis quando crianças e adolescentes, funcionais na juventude e na vida adulta, ativos no trabalho

e na velhice, cidadãos ativos na cidade e na comunidade. As noções de gestão de riscos e de resiliência compõem nas três figuras sobre as quais dissertamos, a saber: resiliência na perspectiva de que governar capacidades/incapacidades em nome da promoção do desenvolvimento humano, dito sadio, como direito é cada vez mais presente (FORRESTER, 1997). Concluindo, a limpeza da cidade e a gestão das capacidades se tornaram ferramentas de gestão em saúde para evitar epidemias, disseminação de doenças, possibilidades frequentes de revoltas e práticas de crimes. A medicalização da cidade passou a ser vista, também, como fundamental para a expansão das capacidades dos corpos e dos grupos sociais.

Para tanto, lança-se mão de medicamentos, exercícios físicos, viagens, massagens, rituais religiosos de busca de prosperidade e terapias diversas, tais como exercícios orientais, psicoterapias focais, orientações profissionais, condicionamentos de comportamentos e aprendizagens focais baseadas em técnicas neuropedagógicas, programação neurolinguística, formação de grupos de autoajuda e criação de associativismos funcionando como pequenas empresas. O governo das condutas vem efetuando a medicalização, não apenas pelas biotecnologias e pela biomedicina, mas ainda pela via psicológica, ao capturar comportamentos, valores, afetos, crenças, atitudes, percepções e sentimentos, enquanto investimento rentável no neoliberalismo (FOUCAULT, 2008b). Os capitais social, relacional, educativo e humano passaram a ser alvo frequente de governo de custos e benefícios, sendo regulados e intensificados ao extremo (ROSE, 1988).

Nessa nova lógica, políticas de saúde, educação e trabalho vão se organizando para potencializar ciclos de vida e gerenciar as crises em cada um desses ciclos. A medicina social ganha legitimidade cada vez maior, na medida em que se torna ferramenta de defesa social e gestora de riscos, para aumentar a segurança individualizada e minimizar custos de adoecimentos

e tratamentos. Aproveitar até mesmo o sofrimento, as deficiências e os limites, nas relações sociais e familiares e no corpo, para deles extrair lucro e produtividade é um mercado expandido em nome da segurança e da denominada qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

CASTEL, R. **A gestão de riscos: da pós-psiquiatria à pós-psicanálise.** Rio de Janeiro: São Francisco, 1987.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias.** Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FORRESTER, V. **O horror econômico.** São Paulo: UNESP, 1997.

FOUCAULT, M. O nascimento da medicina social. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

_____. A política de saúde no século XVIII. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal. 1979b.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O poder psiquiátrico.** São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **Segurança, território e população.** São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Nascimento da Biopolítica.** São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

ROSE, N. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, T. T. (Org.). **Liberdades reguladas.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

Medicalização em Contexto Escolar o lugar da Psicologia, as práticas e atuações no enfrentamento a medicalização.

Boa tarde.

Quero agradecer a oportunidade de estar representando aqui o CRP/PR, em nome da Comissão de Psicologia Escolar e da Educação. Cumprimento meus colegas de mesa, também. Muito honrada de estar entre vocês para discutirmos esse assunto tão delicado, importante e singular para a Psicologia. Atuo na área da Educação desde 1997 quando iniciei o curso do magistério. Fui educadora de educação infantil muitos anos e hoje atendo na clínica, como psicóloga, crianças e adolescentes, bem como sou professora do curso de Psicologia das Faculdade Facel, que tem em seu plano pedagógico ênfase em Políticas Públicas. Eu ministro aulas de Psicologia Sócio Histórica e Psicologia do Desenvolvimento e é desse lugar que eu questiono, me sensibilizo e contribuo para que a Psicologia se posicione frente a medicalização da vida. Acredito que esse evento é justamente para isso, para evitar que esse assunto continue discurso e com um olhar isolado. A interdisciplinariedade faz se necessária e urgente, para que efetivamente as políticas públicas frente à medicalização, em contexto escolar, sejam efetivas no cotidiano.

Para que isso ocorra, devemos pensar um questionamento de Prestes (2015) sobre a identidade da educação brasileira. E esse questionamento faz refletir sobre como se pensa na identidade

⁴ Membro colaborador da Comissão de Psicologia Escolar Educacional do CRP/PR.

do alunado brasileiro. Sua construção histórica e cultural, seus valores éticos e morais, que influenciam em seu comportamento.

Nós temos Paulo Freire, Saviani e tantos outros educadores que pensaram a educação no Brasil, a partir da nossa própria realidade. Mas, infelizmente nós temos que reconhecer que seguimos um modelo de educação de produção, que quem não produz, não faz parte da normalidade exigida para um avanço da produtividade e da continuidade da cultura imposta. Assim acontece com as crianças e adolescentes que ficam assujeitados às ordens e diagnósticos de adultos que julgam saber tudo sobre criança, pois já cresceram. Atualmente temos tantos estudos, que nos fazem compreender a criança como um sujeito que é ativo em seu processo de desenvolvimento. Existem leis que protegem e beneficiam as crianças e os adolescentes. Mas ainda assim, poucas vezes conseguimos atender a singularidade de cada um. E assim vamos seguindo no modelo de educação que normatiza, que exige produção e perpetua a meritocracia. E a Psicologia como pode atuar?

As estatísticas sobre doenças e transtornos mentais são desastrosas. Os dados são de que em 2020 a depressão será uma das doenças mais incapacitantes do mundo. O número de crianças que recebem diagnósticos de algum transtorno ou síndrome e nesse caminho o Brasil é um dos líderes em medicar crianças e adolescentes em contexto escolar. Vamos “*consertar*”, todos os que não estão de acordo com o que esperamos de um comportamento bom, é a promessa que os medicamentos fazem para essa avalanche social que se tornou a medicalização.

A educadora e médica Maria Montessori faz esse mesmo alerta em seu livro *A Criança* ao dizer que o respeito que o adulto “exige” é o que a criança já procura desde sempre. Sabe aquela prática que temos de limpar o nariz de uma criança de forma rápida, sem informá-la? Essa mesma prática é repetida quando eu levo a criança ao médico para uma

consulta e ao ser questionada da queixa eu digo: “A escola pediu, porque ele é muito agitado. *Conserta*, pra mim doutor.”. A criança então nem consegue dizer o que ela sente. Ou quando em uma sala de aula chega uma “psicóloga” para avaliar um aluno. A dignidade da criança é algo que devemos reciprocamente cultivar em nossa prática diária.

Quem já ficou nove horas em uma sala de aula com vinte e cinco crianças de quatro anos sabe o quanto Foucault tinha razão ao comparar nosso sistema de ensino com prisões e hospitais. A Psicologia, como uma Ciência tem que se perguntar então se sua prática está sendo de enfrentamento ou de perpetuação de culturalizar os diagnósticos que um Manual apresenta. Mas então, a Psicologia vem para criticar, sensibilizar ou suavizar a medicalização crescente de crianças e adolescentes? O que podemos fazer?

O caminho da denúncia, do questionamento e do estudo constante, como fez Angell (2007), ao escrever para o público leigo, um tema de interesse comum. Tratando o consumismo por medicamentos, como um alerta que lembra que a farmácia por vezes é mais visitada que *shoppings* ou parques temáticos. As dores têm que ser caladas e os gritos devem ser silenciados, numa sociedade que está preocupada com ter e não em ser.

A Psicologia como ciência, pode ter um papel mais ativo e por isso, pode ser hora de levantarmos, dar passos firmes e nos posicionarmos. Em 2017 fizemos pelo CRP/PR, junto à Universidade Positivo, em Curitiba, um evento, sobre Práticas de Medicalização. O evento foi da Comissão de Psicologia Escolar e da Educação. Foi um evento que instigou o interesse de pedagogas(os), alunas(os)os de Pedagogia e pouquíssimas(os) Psicólogas(os)os. A Psicologia parece estar perdendo um protagonismo, no enfrentamento a medicalização.

A frase “Leve seu filho a um(a) Psicólogo(a)” não deve nos confortar, pois somente terceiriza-se aquilo que acreditam ser um problema e que então o profissional em Psicologia vai resolver.

A questão de enfrentar não é para resolver, mas sim de aceitar a diversidade e sensibilizar para a inclusão. Quem realmente precisa de um atendimento, deve ser respeitado e atendido em sua necessidade. Mas ao se pensar em políticas públicas na educação, na saúde, na cultura, o que se espera é que a família perceba que tem junto a escola, psiquiatra, neurologista, psicólogo(a) e outros profissionais, o auxílio para suas questões e não as soluções.

Um exemplo, as crianças que ficam em uma escola dia todo e ao chegarem em casa, não podem brincar. O apartamento é pequeno e as paredes finas não aceitam barulho ou atividades que demandam uma liberdade de movimentos. Segundo Moyses (2013), em uma pesquisa de metanálise canadense, foram levantados mais de dez mil estudos e destes somente uma dúzia de estudos, mostraram cientificamente que medicamentos tem efeitos positivos. As práticas familiares têm mais efeitos positivos, os momentos de convivência e de brincadeiras, o afeto e o tempo de qualidade que as crianças e adolescentes tem em sua família. É que podemos chamar de sentimento de pertencimento, que faz com que crianças e adolescentes tenham respostas positivas em suas práticas sociais diárias.

O que esse evento nos faz refletir é o que a Psicologia tem contribuído e está contribuindo para o enfrentamento da medicalização para além dos muros acadêmicos e do consultório individual. Como estamos nos apropriando desse lugar tão sensível de auxiliar no desenvolvimento de uma criança que não corresponde ao padrão normativo da sociedade que participa? O que a Psicologia deve responder para uma mãe que questiona se o filho(a) tem TDAH, numa ansiedade por cura ou resposta? Talvez a melhor resposta seja de que o filho dela precisa de uma avaliação multidisciplinar e que é na construção diária, respeitando as potencialidades e as faltas desse filho(a), que podemos contribuir para uma qualidade em seu desenvolvimento. Lembrar lhe também que essa avaliação não exclui

sua participação como fundamental, na construção escolar do filho(a). A Psicologia Escolar Educacional, tem esse importante papel de propor a todos os envolvidos na educação formal, a escola, sua efetiva atuação para uma educação mais inclusiva e de qualidade para todos. O caminho da construção coletiva é o mais acertado no enfrentamento da medicalização enquanto normatização. Pois é o mesmo caminho que vai dar a possibilidade daquele que precise de auxílio, sentir se pertencente, mesmo em sua singularidade, em seu “diagnóstico”. Pois assim, não será considerado o diferente e sim o que precisa de mais auxílio. Tratando os diferentes de modos diferentes, estamos contribuindo para uma sociedade mais justa e igualitária.

Precisamos, como Psicologia, nos apropriar cada vez mais do conceito real de medicalização no contexto escolar, compreender para além de um manual, para além dos muros institucionalizados, dos padrões normativos de criança sem problema, do adulto que produz, do mundo considerado sadio. Precisamos a cada dia ter uma atitude de enfrentamento frente a uma sociedade que segrega, ao afirmar que está incluindo. Por isso lançamos a campanha: Mais Psicologia na Educação, por uma educação de igualdade de direitos!!!

REFERÊNCIAS

ANGELL, M. **A Verdade sobre os Laboratórios Farmacêuticos**: como somos enganados e o que podemos fazer a respeito. Record, 2007. 319 p.

MOYSES, M. A. A. **Medicalização na Educação**, 2013. Disponível em: <<https://youtu.be/9qRYyUPUeJU>>. Acesso em: 26 nov 2019

PRESTES, Z. R. Romper práticas medicalizantes: um desafio para a educação. 2015. Disponível em: <<https://youtu.be/5b18HUI69LI>>. Acesso em: 26 nov 2019

Boa tarde.

Primeiro eu queria agradecer muito o convite, é uma oportunidade muito interessante de dialogar sobre um tema que me é muito caro e estratégico e que está diretamente relacionado ao meu trabalho. Gostaria de dividir com vocês algumas reflexões, fazer uma trajetória meio tortuosa, com umas curvas interessantes, tentar desacomodar alguns fios nesse tema.

Começo de um lugar comum, a partir desse cartum, que diz: “Claro que você está se sentindo ótimo. Essas coisinhas estão entupidas de antidepressivos”



“Claro que você está se sentindo ótimo. Essas coisinhas estão entupidas de antidepressivos”

O debate sobre os processos de medicalização costuma ter início na crítica à relação de consumo que as pessoas estabelecem com as medicações, do quanto isso tem se tornado trivial nos nossos tempos.

Dois outros cartuns vão dando o tom da nossa conversa:



O primeiro deles denuncia a demanda atual para fazer as crianças gritarem e correrem menos, como brinquedos de corda; e na segunda, que impacta bastante ao denunciar os movimentos e demandas por “anestésias”, por não sentirmos nada, médicos e pacientes como que juntos nesse processo. Estes são recortes mais triviais do debate.

Vamos falar de medicalização como processo. Acaba sendo injusto falar que existe “um” conceito de medicalização, embora haja boas tentativas, como o Peter Conrad, em 1972 e em 2007; a Maria Aparecida Moysés diz algo interessantíssimo: “Sempre que no campo da saúde você reduz algo do coletivo para o particular, falamos de medicalização” e a Flávia, que me

antecedeu lembra que medicalização não tem a ver necessariamente com prescrição de fármacos.

Trago três exemplos. Sempre que na educação o professor constrói um AEE a partir da classificação diagnóstica está produzindo medicalização. Achar que o papel do professor é rastrear doenças, rastrear problemas, isso também é medicalização da educação, é uma invasão. O mesmo podemos falar sobre encaminhar para o neurologista crianças que não aprendem. Trago um dado empírico, que colhi na pesquisa do mestrado. Em Novo Hamburgo, no segundo semestre de 2015, tivemos um total de oitocentos encaminhamentos, sendo duzentos referentes a crianças e adolescentes. Chama a atenção nesse dado que os encaminhamentos “educacionais”, onde havia menção a algo do aprender ou da escola, superam numericamente os encaminhamentos para epilepsia, que é uma situação onde a atuação do neurologista é indispensável. Então há factualmente uma demanda para a neurologia em questões ligadas à escola. Essa tem sido a porta de entrada preferencial das crianças no ciclo da medicação, dos quais é difícil retirá-las, essa é a minha luta diária.

É importante para qualificarmos o debate, que já tem sido desgastado, estarmos atentos para não tornar qualquer prescrição medicamentosa como processo de medicalização. No ponto de vista de pesquisa, precisamos tomar o tema da medicalização como um disparador e não como uma conclusão. A Flávia situou muito bem que estes processos não dependem estritamente do profissional médico; por vezes ocorrem *apesar* da corporação, com uma série de agentes da indústria farmacêutica, imprensa, e uma infinidade de atores importantes alimentando e sustentando esses processos. Falamos igualmente em processos de desmedicalização; a masturbação por exemplo, podemos encontrar nas “enciclopédias sobre a vida sexual” até o início dos anos 1980 textos que afirmavam que a masturbação pode ser uma patologia. Temos uma vitória muito recente, comemorada na semana passada, onde versão preliminar da CID

11, onde a questão *trans* sai da categoria *transtorno*, ainda que seja codificada para fins de burocracia no sistema de saúde.

Queria propor dois caminhos interessantes de estratégias de desmedicalização e de enfrentamento desses processos. O primeiro deles é trabalhar com a ideia de redes. Estamos muito acostumados a pensar redes como o coletivo de serviços, o mapa, a escola, o CAPS, o posto de saúde, a emergência... Falamos dos fluxos, o posto de saúde encaminha para o CAPS etc. Isso não é rede. Rede remete à construção compartilhada de profissionais em torno de uma situação, pode ser em torno de uma criança, pode ser em torno de uma família. Sempre que profissionais estão em contato dinâmico, interagindo, compartilhando um objetivo em torno de uma situação, temos aí uma rede. O seu foco não deve ser o local físico, mas o lugar e a dinâmica que se constrói no encontro, no contato entre esses profissionais. A rede precisa ser ocupar de construir novos lugares para esses sujeitos. A criança que ocupa, seja na sala de aula ou na escola, um lugar de monstro, e que é encaminhada para o psiquiatra, não tem risperidona que dê conta enquanto a criança estiver cristalizada no lugar de monstro. Por isso as redes precisam construir novos lugares para o sujeito. Rede não é criação de fluxos burocráticos, não é hierarquia de relações, não se trata de normatizar, isso não é fazer rede. A rede é viva, as redes são fugazes, quando apaga aquele incêndio a situação pouco a pouco se organiza, outras redes vão se configurar em torno de outros casos que estão pegando fogo, assim é o dia a dia dos CAPS, nas unidades de saúde, no campo da saúde. As redes devem se basear na autonomia dos usuários e familiares.

Eu gosto de pensar autonomia, a partir de alguém que me inspira muito, Roberto Tykanori, ex-coordenador de saúde mental, ao falar em autonomia como a capacidade de produzir novos laços de dependência. Vamos romper com autonomia sendo antônimo de dependência, isso é falso. Quando a gente consegue criar novos e diferentes laços de dependência,

a gente está ampliando a nossa autonomia.

Um outro tema muito importante para a gente conversar é o tema da intersetorialidade. A nossa conversa é intersetorial, entre academia, Educação, saúde e conselhos, essa é uma pauta obrigatória, e vou seguir aqui na trilha de alguém também que eu gosto muito, a Cristina Ventura, que nos coloca a intersetorialidade como condição de possibilidade para a construção de políticas públicas. No texto *Intersetorialidade: exigência da clínica com crianças na atenção psicossocial*, ela propõe perguntas muito interessantes. Como conseguimos retirar do fundamento intersetorial, consequências concretas capazes de alterar esse nosso cenário, e produzir diferenças no modo em que conduzimos o cuidado?” Como que, por esse princípio, traçamos diretrizes que podem afetar concretamente a nossa maneira de operar o cuidado? Falamos do desafio em romper o modelo de cuidado apoiado no modelo da Medicina, centrado na queixa/problema que remete a uma solução-prescrição. Operar o cuidado dentro dessa lógica de responder aos problemas por meio da prescrição (que pode ser uma prescrição de hábito de vida e não necessariamente de um fármaco) é algo que precisa ser superado.

Cristina Ventura pergunta ainda como deslocamos o foco do cuidado para o território? Eu tenho falado nessas últimas semanas como os centros de atenção psicossocial precisam deixar de ser centros, senão a gente não desloca para o território. Posso brincar com a ideia de que uma rede não tem centro. Nessa perspectiva, as redes intersetoriais tomam para si essa meta de construir, promover, ou reconstruir laços de pertencimento. Muitas vezes, os “descabentes”, uma expressão que eu cunhei no Mestrado, são lançados no circuito das prescrições e das consultas e estão fora dos laços de pertencimento, afundados em processos de exclusão. Como podemos:

[...] constituir práticas de cuidado que visem a ampliação dos laços sociais, e em cujo ato está incluído o que é próprio, e singular, ao sujeito em sofrimento: sua história, seus dizeres,

episteme particular, seus arranjos subjetivos, suas montagens sintomáticas e vias de superação, seu território e cotidiano, e as dificuldades concretas acarretadas por sua peculiar condição de existência. (COUTO E DELGADO, 2016)

Essas perguntas, precisam estar pautadas na construção de processos diagnósticos e não de classificações diagnósticas. Nenhum setor, principalmente no campo da infância e das infâncias em situação de vulnerabilidade, pode supor que vai dar conta sozinho daquilo que está acontecendo. Precisamos falar de ações compartilhadas, o compartilhamento é condição de existência de eficácia da intersectorialidade.

Os setores são constituídos por discursos muito particulares, todos esses idiomas que a gente escuta, no campo do direito, na Educação, na Atenção Básica. Não só os idiomas, mas também as regras, as construções teóricas de cada setor. Para mim o mestrado na Educação foi uma experiência de respeito ao campo da educação. Hoje vejo com muita estranheza certas recomendações de alguns colegas e que as escolas acatam. “O médico mandou eu ensinar dessa maneira”. É fundamental termos claro, nessa partilha, qual é o nosso mandato?

Essa última provocação da Cristina Ventura é muito interessante, quando fala dos casos muito difíceis, das situações-limite que excedem os enquadramentos intersectoriais que nos impelem a inventar novas formas de construir essas redes e de sustentar o cuidado. Estas redes precisam ser vivas e criativas, caso contrário cairíamos no império dos protocolos prévios, onde poucos cabem e muitos trabalhadores e gestores descansam. Perguntamos aqui o quanto os protocolos têm servido de proteção para os trabalhadores e gestores, sem produzir maior eficácia nas práticas de cuidado. Para construir intersectorialidade precisamos sustentar a presença viva no território. A maneira como formulamos o problema, é que pode potencializar parcerias efetivas, escapando

das armadilhas de rivalidade ou de transferência de poderes

Vamos fazer uma curva aqui para um outro tema bastante polêmico e problemático na relação da educação com os processos de medicalização. Começo com uma pergunta meio óbvia: “Quem pode aprender?” Suponho que respondamos: “Todos podem aprender”. Temos esse ponto de acordo?

Próxima pergunta: “Quem é que pode dizer como é a maneira de outro aprender?” A resposta também bastante intuitiva é: “Os profissionais da Educação”. Perguntem para o Ricardo como faz para alfabetizar alguém? Vocês vão dar gargalhadas. Quero afirmar aqui que ao campo da educação pertence essa primazia do saber como o outro aprende.

Mais uma interrogação: “Existem condições pré-definidas para que alguém se lance a estar com outro em uma relação de aprendizado?” Ou seja, desse jeito dá, daquele jeito não dá? Que condições são essas? A gente escuta muitas vezes: “Eu não sei sobre autismo. Eu não posso educar uma criança com autismo”. Acabamos comprando a ideia de que saber sobre a síndrome de Down nos daria a chave para os processos de aprendizado de Ricardo ou Wellington ou Paula que, dentre tantas outras características, têm Síndrome de Down. Essa ideia tem sido muito sedutora nessa aliança, o lobby editorial, o lobby dos cursos, o lobby das formações, de vender pacotes de psicopatologia, se eu sei sobre autismo, eu sei educar alguém autista que tem outras tantas características.

Há algumas nuances nesse processo que preciso destacar. A primeira delas é sobre a “fronteira” entre a psiquiatria e a neurologia, eu gosto da ideia que essa fronteira na verdade é um território, há uma grande sobreposição entre o que psiquiatra infantil e o neurologista infantil fazem. O grande desafio, negligenciado por muitos, é contextualizar simbolicamente a medicação no jogo de forças entre família e escola. O uso da medicação é sistematicamente colocado como uma questão de obediência. E quando você prescreve precisa colocar isso na

conta. Tem uma escola que está furiosa comigo porque eu me recusei a prescrever pois a chance de funcionar é pequena e a chance de criar novos problemas é enorme. Não duvido que daqui a pouco vai aparecer um outro que vai prescrever.

Outra sutileza que preciso destacar é não cairmos nesse maniqueísmo de dizer “neurologistas prescrevem mais”, e tem um achado da Mariana Pande, que entrevistou prescritores — psiquiatras, neurologistas e pediatras —, e aponta que não é a formação, mas o contexto onde o profissional está inserido. Se esse profissional, está sozinho, se está em um ambulatório atendendo sozinho e sem uma equipe para dialogar, a chance de ele prescrever é muito grande. Se você encaminha para um profissional que trabalha sozinho, a chance de sair dali uma prescrição é enorme; com equipes ao lado do prescritor a chance de saída é muito mais interessante. E falar também, eu trouxe aqui já o termo, a medicalização dos “descabentes”.

Outra curva na conversa agora nos leva pro debate a respeito do campo das deficiências. O Brasil é signatário da Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que afirma deficiência como resultante da interação de pessoas com impedimentos corporais, com barreiras. A deficiência não é uma condição intrínseca do sujeito, mas ela se produz no encontro de sujeitos com barreiras. Temos a grande alegria de ter um intérprete em Libras aqui, não fosse ele, muitas pessoas vivenciaríamos uma barreira de acesso a esse conteúdo. Então o foco está nas barreiras.

O que a lei brasileira de inclusão diz? Como deve ser a avaliação das pessoas com deficiência? Deve ser multiprofissional, interdisciplinar e deve considerar impedimento da função do corpo, fatores socioambientais psicológicos e pessoais, a limitação no desempenho, a restrição da participação... a CID 10 está ali? Eu acho que não. Se alguém quiser checar pode checar. A lei brasileira de inclusão, parágrafo primeiro, fala da CID10? Não fala. E diante do mar de problemas que giram em

torno dos laudos, esse objeto carregado de significado e valores, e eu posso dizer em primeira pessoa, dos quantos professores que eu vi os olhos brilharem quando se falava de um laudo. A nota técnica 04/2014 se posiciona de maneira muito clara a esse respeito: É direito de toda pessoa com deficiência acesso à educação. Você pode restringir um direito garantido por uma convenção? (que no caso do Brasil tem *status* de Emenda Constitucional). Você pode negar por falta de um laudo médico? Não pode. Sempre que uma escola exige um laudo, ela está violando um dispositivo constitucional, está infringindo gravemente direitos. A nota afirma claramente: “o atendimento educacional especializado é procedimento pedagógico e não clínico”. Por isso eu disse no início que construir um AEE a partir de uma patologia é um processo de medicalização muito preocupante. A nota segue dizendo “o professor poderá articular-se com os profissionais de saúde...”. Por isso a pauta das redes e por isso a pauta da intersetorialidade. Então é nessa articulação, é nesse compartilhamento de estratégias — e eu passei a entender a angústia de um professor que não sabe o que fazer e se sentir sozinho - construindo redes, trabalhando junto, são caminhos pra diminuir a angústia e diminuir o recurso à Neurologia.

Para encerrar. O único CID que as nossas crianças e adolescentes precisam é o de cidadania. Por favor, vamos romper com a conversa dos laudos para as políticas de inclusão.

Obrigado.

REFERÊNCIAS

COUTO, M. C. V. e DELGADO, P. G. Intersetorialidade: uma exigência da clínica com crianças na Atenção Psicossocial. Atenção em saúde mental para crianças e adolescentes no SUS. Edith Lauridsen-Ribeiro, Oswaldo YoshimiTanka. – 2. Ed. – São Paulo: Hucitec, 2016

ISBN 978-65-86540-44-4



9 786586 540444 >